

LIVROS CRISTÃOS PARA O MUNDO



J. ROBERT NELSON

*UM SÓ SENHOR,
UMA SÓ IGREJA*

JONH ROBERT NELSON

UMS Ó SENHOR UMAS Ó IGREJA

Tradução de
Gérson A. Meyer

Centro Cristão de Literatura,
da Confederação Evangélica do Brasil

Av. Erasmo Braga, 277 - 5.º andar
Caixa postal 260 — RIO DE JANEIRO, Gb

— 1964 —

ÍNDICE

| | | |
|---|--------------|----|
| | CAPÍTULO I | |
| Um em Cristo Jesus | | 04 |
| | CAPÍTULO II | |
| Diversidade Sadia e Divisões Infelizes | | 09 |
| | CAPÍTULO III | |
| Divisões e Uniões na História da Igreja | | 15 |
| | CAPÍTULO IV | |
| Meio Século de Rápido Avanço | | 22 |
| | CAPÍTULO V | |
| Igrejas Tornam-se o Que São — UNA | | 31 |
| | CAPÍTULO VI | |
| Doze Questões Vitais | | 38 |

APRESENTAÇÃO DA VERSÃO ON-LINE

Rev. John Robert Nelson: Um metodista dedicado ao Ecumenismo, aos Direitos Civis, ao Ensino e à Bioética.

Ao apresentar no site da Igreja Metodista de Vila Isabel – Rio de Janeiro o livro “Um só Senhor, uma só Igreja”, de autoria do Rev. John Robert Nelson, oferecemos alguns destaques de sua vida. Nascido em 1920, ele faleceu em 2004. Era um pastor metodista e em sua vida destacou-se por sua atuação ecumênica em todo o mundo e também como professor de teologia.

Nos últimos vinte anos de sua vida, mesmo depois de sua aposentadoria, ofereceu notável embasamento teológico à Bioética, que lida com as ciências da genética e biomedicina. Sua contribuição nessa área ajudou na compreensão dos riscos e benefícios da revolução da biomédica. Ele ajudou em seu trabalho, que envolveu painéis organizados pelo Instituto Nacional de Saúde, a produzir guias éticos e religiosos que resultaram na compreensão, por parte de cientistas e público em geral, a compreender as perspectivas religiosas da clonagem de genes e da genômica na pesquisa biomédica e também na agricultura. Também se destacou na luta pelos direitos humanos, especialmente com relação às reivindicações da população afro-americana.

Ele graduou-se em teologia em 1944 na Escola de Teologia da Universidade Yale. Após servir, em 1948, como capelão dos Fuzileiros Navais na China e no Pacífico Sul, Nelson aperfeiçoou-se na Universidade de Zurich, na Suíça, onde foi aluno de Emil Brunner, que fazia parte de um novo movimento de pensamento teológico que enfatizava a importância da experiência pessoal e espiritualidade na salvação cristã. Nessa época surgiu a convicção de que a Igreja deveria ser unida pelo Espírito, de modo que sua comunidade de fiéis fosse imbuída de maior vitalidade espiritual.

Em 1951, publicou o livro “The Realm of Redemption”, cujo texto sobre a doutrina protestante, amplamente divulgado, acabou levando Nelson ao Conselho Mundial de Igrejas, do qual foi o secretário da Comissão de fé e Ordem, que ele próprio organizou. Lá ele trabalhou de 1953 a 1957, tendo promovido importantes diálogos entre o CMI, a igreja Católica Romana e as igrejas ortodoxas russa e grega.

Voltando aos Estados Unidos, foi professor e o deão da Escola de Divindades Vanderbilt, em Nashville, de onde renunciou em solidariedade aos que estavam sendo perseguidos em virtude da luta em favor dos direitos civis. De 1965 a 1984, ele esteve, como professor de teologia sistemática, na Escola de Teologia da Universidade metodista de Boston, sendo deão da mesma de 1972 a 1974.

O restante de sua vida ele passou em Houston, no Texas, onde faleceu. Ele deu aulas na Escola de Teologia de Houston, pertencente à Southern Methodist University, da qual também foi o deão. Por ocasião de sua aposentadoria, foi aclamado deão emérito. De 1985 a 1995, foi também diretor do Instituto de Religião do Centro Médico do Texas, com interesse na área de aspectos espirituais no cuidado dos pacientes. Também foi professor adjunto de medicina no Colégio Médico Baylor.

Vale muito a pena conhecer o pensamento ecumênico de John Robert Nelson, ou J. Robert Nelson, como ele preferia ser conhecido. Este livro, que foi editado originalmente pela extinta Confederação Evangélica do Brasil é um valioso presente da Biblioteca Metodista *Online* da Igreja Metodista de Vila Isabel.

APRESENTAÇÃO

O assunto de que trata este livro não no impõe o seu autor, como o não faz também agora o Centro Cristão de Literatura, em apresentá-lo em português. A matéria, contudo, é de tal sentido e alcance para a situação e vida atual das Igrejas em todo o mundo, que merece divulgada para maiores considerações, com mais decidido propósito e, porventura, mais medrançoso (**crescente**) acerto, em torno de sua mira, com efeito singular: Um só Senhor, Uma só Igreja.

Seu autor, o Dr. John Robert Nelson, é Deão da Faculdade Teológica da Vanderbilt University dos Estados Unidos da América. Por mais de um quinquênio (1952-1957), foi Secretário-executivo do Departamento de Fé e Ordem do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com a especial responsabilidade de manter contato com todos os movimentos pró unidade da Igreja, em todo o mundo. Daqui, certamente, por via do que tratou, conheceu e sentiu, foi que lhe tomou vulto, definida, insinuativa e até imperiosa, a disposição de contar realidades que vingam apelos por todo o mundo. Nasceu-lhe daí o livro. Consta de seis capítulos relativamente breves, mas sobejos (**fartos**) de relatos que armam a história de quando, como, por quem, onde e por que, se tem versado o grande assunto, que é o assunto de suas páginas: Um só Senhor, Uma só Igreja.

Expõe, compara e, por vezes, adianta resumos e comentários, para o só esclarecimento de como se encontram fatos, em torno de cujo merecimento, talvez, não se definiu ainda total acordo. Tem-se no livro, digamos, o histórico de grandes assembléias, que frontearam, fraternalmente, o assunto assaz momentoso, por vezes diversamente considerado, todavia, não raro, cordial e cristamente dirimido.

Nosso propósito, apresentando o livro do Dr. J. Robert Nelson, é tornar conhecida grande expressão de esforços e vitórias em prol da unidade da Igreja, em todo o mundo.

Da grande série **Livros Cristãos para o Mundo** este é o décimo, vindo à luz da publicidade em português.

CENTRO CRISTÃO DE LITERATURA
da *Confederação Evangélica do Brasil (CEB)*
Av. Erasmo Braga, 277 - 5.º andar
RIO DE JANEIRO — Gb

— 1964 —

CAPÍTULO I

"UM EM CRISTO JESUS"

Por que tanto interesse hoje pela unidade cristã? Se o problema da unidade fosse ignorado, a vida seria muito mais fácil para a maior parte dos cristãos em todo o mundo. O fato de que diferenças doutrinárias impedem todos os membros da família de Cristo de receber a Sua Ceia na mesma mesa, não seria causa de angústia de espírito de forma alguma; a competição aberta de igrejas cristãs pregando o *mesmo* Evangelho da *mesma* Bíblia na *mesma* vila para confusão dos *mesmos* povos não-cristãos, não seria causa de escândalo; cada pequeno grupo de cristãos poderia sentir-se complacente e satisfeito em seu isolacionismo das demais igrejas vizinhas; e cada denominação poderia realizar seu próprio programa de evangelização e de serviço social sem cogitar dos outros. Tudo isto estaria certo, se não fosse por uma coisa: *Jesus Cristo quer que sua Igreja seja uma em mente, espírito, vida e testemunho.*

O ensino da Bíblia acerca da unidade essencial da Igreja é perfeitamente claro. Ela não nos dá plano pormenorizado para a forma ou para a estrutura da unidade, mas não deixa dúvidas de que a obra de Jesus Cristo foi a de "reunir em um só Corpo os filhos e filhas de Deus que andam dispersos" (João 11.52), e reconciliar todos os que crêem numa só comunidade de amor.

Cristãos não são os únicos que falam de unidade. Mais e mais a palavra é usada na esfera política, como nas Nações Unidas (ONU); como os vários blocos de nações, estados, tribos e regiões formando uma só nação; também os sindicatos falam de unidade e da mesma sorte os comunistas. Centenas de clubes, sociedades, ordens e lojas fazem o mesmo. Além disso, há definidos apelos para a unidade dos aderentes de várias religiões: budistas, xintoístas, hindus e maometanos. Muitos povos hoje falam com crescente fervor da necessidade de união de todas as religiões do mundo. Unidade é palavra popular e universal hoje, mas os povos se encontram desunidos, até mesmo no próprio significado do termo, bem como na sua aplicação.

Os cristãos preservam um significado único e distinto de unidade. Aplica-se à relação comum que têm em Jesus Cristo e à relação mútua de uns para com os outros. Portanto, é palavra essencialmente importante acerca da vida da Igreja. Os cristãos podem muito bem estar desejosos de promover a unidade entre pessoas, grupos e nações para ordem e paz da sociedade humana. Quando, porém, eles trabalham por maior união da humanidade, lutam por um ideal que tem na história, desde há muito, relativamente pouca realidade. Hoje em dia é muito fácil para uma pessoa viajar pelo mundo todo e verificar que pessoas com os mesmos problemas e a mesma fidelidade desejam estar juntas. Mas há qualquer coisa de arbitrário e de artificial mesmo acerca dos mais dignos esforços para conseguir uma união mais íntima entre povos que têm relativamente mui pouco em comum.

Os cristãos do mundo, pelo contrário, têm muitíssimo em comum. O que têm não é somente história comum, ou linguagem, ou ainda limites geográficos comuns, pois tais coisas são temporárias e passageiras, terrenas e efêmeras. A unidade cristã está baseada naquilo que é eterno e divino, a saber, a escolha e chamado por parte de Deus, Todo-Poderoso, de um povo seu; a encarnação do Verbo eterno na pessoa de Jesus

Cristo, sua morte e ressurreição, e a dádiva do Espírito Santo. Se os cristãos estivessem unidos somente pela memória de singular mestre religioso e pela lealdade à Bíblia, essa unidade poderia ser real, mas muito frágil. Porém a unidade cristã consiste de uma participação comum nos dons especiais e decisivos do próprio Deus. "Há somente um corpo e um Espírito... numa só esperança... um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos..." (Ef 4.4-6).

Quando certo cristão de uma vila da Índia encontra outro de uma fazenda européia, ou cidadão japonês, diferenças em linguagem, cultura e cor não são de essencial importância. O que vale realmente é o fato simples e primário de que ele, como os demais, crê no Deus e Pai de Jesus Cristo, professa o mesmo Evangelho de salvação, compartilha o mesmo batismo de água e o idêntico batismo do Espírito Santo. Isso faz com que o indiano, o europeu e o japonês sejam irmãos em sentido ainda mais profundo do que se pertencessem à mesma família e fossem do mesmo sangue. "Eis minha mãe e meus irmãos", disse Jesus. "Qualquer que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe" (Mc 3.34-35).

O Novo Testamento tem maneiras diferentes de se referir à Igreja e à sua unidade. Fala através de parábolas e de imagens antes que de maneira prosaica ou direta como algum compêndio de história ou de ciência. Muitos de nós, pretendendo definir a Igreja e a sua unidade, tentaríamos descrever a organização de uma congregação, de denominação, ou falaríamos de sua inter-relação, da espécie de trabalho e de testemunho dado por esses cristãos no mundo. Porém, o Novo Testamento tem muito pouco de tal descrição. Preocupa-se mais com a natureza e a qualidade da relação da Igreja com Jesus Cristo e da mútua relação dos cristãos como pessoas. Por esta razão faz livre uso de muitas figuras de linguagem.

A unidade cristã é antes de tudo unidade da Igreja *com* Cristo. Os cristãos conhecem Jesus Cristo não como herói sepultado há muito tempo, mas como Senhor vivo e ressurreto. Tal fé na presença contínua do Senhor é atestada em culto, testemunho e vida da comunidade cristã. A existência contínua da Igreja através de muitos séculos, com seus movimentos freqüentes de renovação e de poder, é conseqüência da promessa do Senhor: "Eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século" (Mt 28.20).

Os evangelistas e o apóstolo Paulo dão muita importância ao vínculo de unidade entre Cristo e a Igreja. Os quatro Evangelhos apresentam Jesus como o Pastor do fiel rebanho de ovelhas. Esta metáfora é usada freqüentemente no Antigo Testamento, tanto quanto em o Novo. A criação de gado ovino ainda hoje é ocupação muito importante na terra, uma vez chamada Palestina. Os leitores antigos dos escritos sagrados podiam entender imediatamente o poder do pastor sobre seu rebanho, tanto quanto a sua responsabilidade pela segurança e bem-estar do rebanho a ele confiado. Deus mesmo foi lembrado como Pastor no salmo 23, e outra vez no salmo 95.7: "Ele é o nosso Deus, e nós povo do seu pasto e ovelhas de sua mão". Mas em Ezequiel 34.23 é o rei Davi a quem Deus aponta como pastor sobre o seu povo. Nos Evangelhos esse papel é atribuído a Jesus. Como Filho de Deus e Messias, Jesus deu ao título significado distinto e permanente, porque buscou e achou as "ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 10.6; 15.24; 18.11-14) e deu a sua vida pelas ovelhas (Jo 10.15). Jesus é assim o soberano Senhor da Igreja, tanto quanto o Servo sofredor. A intimidade da relação entre Cristo e a Igreja mostra-se na relação profundamente pessoal entre Ele e seus discípulos fiéis: "Eu conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai me conhece a mim e eu conheço o Pai (Jo 10.14-15). Esta comparação do elo entre o Pai e o Filho, com aquela existente entre o Filho e os seus seguidores, faz-nos lembrar o clássico verso

referente à união (Jo 17.21), onde a unidade dos cristãos é comparada àquela de Deus, o Pai, com o Seu Filho.

Na experiência humana as relações mais íntimas conhecidas são as existentes entre marido e mulher. Contudo há exceções: quantas vezes os casais não se isolam um do outro, pela suspeita, inveja, ou desafeição. Relações entre os membros da família, ou de bons amigos, podem ser estreitamente chegadas, não obstante o laço humano que é normalmente o mais íntimo, é o do casamento. O ensino bíblico assegura que o homem e a mulher crescem em unidade tão perfeita em amor que eles podem quase ser olhados como uma só pessoa. Aceitando-se este ponto de vista a respeito da união matrimonial, o escritor da Carta aos efésios declara que Jesus Cristo é o noivo e a Igreja a sua noiva, a quem ama e por quem se deu a si mesmo (Ef 5.23-27). Na verdade a união entre Cristo e a Igreja é tão íntima, que é *esta* união que deve ser tida como padrão e ideal para o casamento humano.

Outra metáfora sugestiva empregada por João é a da videira e seus ramos (Jo 15.1-8). À primeira vista parece antes impessoal, mas a sua propriedade e significado são inequívocos. Mais uma vez, Jesus escolheu, como imagem de si mesmo, alguma coisa conhecida de todos num país vinícola. A videira completa inclui todos os seus galhos. Todavia, cada ramo tem a sua identidade própria, vive da fonte da vida que é videira e faz a sua contribuição à totalidade da árvore. Se ela é sã, produz uvas, se é estéril (veja Mt 7.16-20), é cortada e lançada ao fogo. As palavras essenciais em João 15 são estas: "permaneçam em mim, e eu permanecerei em vós" (v. 4). Aqui está a exortação e a promessa que apontam para uma unidade sem fim entre Jesus Cristo e a sua Igreja.

O apóstolo Paulo dá ênfase a essa relação com numerosa repetição da frase "em Cristo", "com Cristo" e "Cristo em mim". Paulo declara: "Se alguém está em Cristo, é nova criatura" (II Co 5.17). Ensinando qual o significado mais profundo do batismo, escreve: "Porque se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição" (Rm 6.5). Em alegre testemunho da realidade de sua fé, Paulo parece gritar através das palavras escritas: "Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim" (Gl 2.20). Por certo, Paulo foi homem que experimentou a verdade contida na promessa de Jesus: "Permaneçam em mim, e eu permanecerei em vós" (Jo 15.4).

As palavras de Paulo acerca desta íntima relação de Jesus Cristo não são semelhantes àquelas de místico não-cristão. Estar "em Cristo" não significa ter experiência emocional e exaltada da presença de Cristo; nem Paulo escreveu acerca de um único sentido místico dessa identidade com Cristo. Sempre, e em primeiro lugar, no ensino de Paulo estava toda a comunidade cristã, a Igreja. O cristão não pode simplesmente separar sua fé em Jesus Cristo de sua relação de membro da comunidade cristã. O cristão é inevitavelmente membro do povo de Cristo. Assim de acordo com o ensino de Paulo, corretamente entendido, a pessoa que está "em Cristo" é aquela que está "na Igreja".

Entender bem o que quer dizer "em Cristo" tem muita importância para aprender o significado da união da Igreja com Cristo. Da Igreja como um todo, pode ser dito, como Paulo disse de si mesmo: "Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim". Esta unidade entre o Senhor e seu Povo é essencial à vida e à natureza da Igreja.

Isto é verdade a respeito da Igreja em cada uma de suas formas terrenas. Quer a congregação adore na simplicidade de uma igreja de pau-a-pique e coberta de sapé,

quer adore no esplendor de uma grande catedral de pedra mármore, é Igreja tão-somente na proporção de sua unidade em Cristo. Quando Inácio de Antioquia, mártir do segundo século, escreveu aquelas famosas palavras — "Onde Cristo está, aí está a Igreja universal" — simplesmente procurava interpretar a promessa que Jesus fez: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou no meio deles" (Mt 18.20).

Ao passo que unidade cristã é união entre o Senhor vivo e a Igreja na sua totalidade, é também união de pessoas crentes entre si. Esta é a outra única maneira de expressar os dois grandes mandamentos de Jesus — amar o Senhor Deus acima de todas as cousas, e o próximo como a si mesmo. Seria impossível protestar contra estes dois mandamentos. A maior parte dos povos está pronta a aceitá-los como preceitos ideais para a vida, seja ele cristão ou não seja. Contudo, como todos sabem pela própria experiência, é mais fácil aceitar um preceito que vivê-lo. O apóstolo Paulo expressou o sentido universal de frustração e derrota, quando afirmou: "O querer o bem está em mim, não, porém, o efetua-lo" (Rm 7.18). Ele parece em desespero com medo de não poder cumprir a lei de Deus, contudo, noutra parte exulta: "Graças, porém, a Deus que em Cristo sempre nos conduz em triunfo" (II Co 2.14), "pois o amor de Cristo nos constrange" (II Co 5.14).

Paulo estava convencido de que havia poder divino operando dentro da comunidade cristã e dentro de cada um de seus membros em particular. Esse poder preserva o homem ou a mulher crente de ceder ao mal em desespero e os capacita a viver juntos em amor. Mesmo que os crentes sejam fracos e pecadores, e lutas se levantem dentro das igrejas locais, ainda assim Cristo permanece como Espírito vivo de amor dentro da comunidade. Sem a presença de Jesus Cristo, tanto o que ensina a vontade de Deus, como o que capacita o povo a obedecê-lo, seria a moral cristã impossível. Sem a presença dEle que ordenou aos discípulos e aos primeiros cristãos: — "Que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei" (Jo 15.12), essa unidade interna da Igreja é impossível.

Várias imagens são usadas em o Novo Testamento para expressar essa unidade interna. Elas não descrevem estado ideal de paz e harmonia, pelo qual os cristãos devem lutar, mas em vez disso transmitem as boas novas de que Deus em Jesus Cristo atualmente tem feito alguma coisa que os capacita a gozar essa unidade.

Parede é símbolo de divisão. Aquela que aparentemente não pode ser ultrapassada, nem destruída e que separou judeus de gentios (ou simplesmente dos não-judeus). A atitude do judeu ortodoxo em relação a pessoas de outras nações, ou religiões, era tão rigorosamente exclusivista como a do brâmane hindu em referência a um varredor da mais baixa classe. Havia mesmo no pátio do templo de Jerusalém uma parede que impedia a todos os não-judeus de se achegarem ao lugar santo. As pedras dessa parede de separação eram como as numerosas leis religiosas que desfiguravam a pureza pessoal e a perfeição do ritual. Para a mente do judeu, essas leis foram firmemente colocadas por Deus mesmo como pedras e seladas com argamassa. Eles criam que era a vontade de Deus que absolutamente não tivessem contacto algum com o estrangeiro impuro.

Mas, qual foi a assombrosa mensagem cristã ao gentio desprezado e rejeitado? "Portanto, lembrai-vos de que outrora vós... estáveis sem Cristo separados da comunidade de Israel... mas agora em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo. Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derrubado a parede da separação que estava no meio, a inimizade... (Ef 2.11-

14). E, que foi dito ao judeu exclusivista? Que Cristo realizou a obra de reconciliação, pois "aboliu na sua carne a lei dos mandamentos na forma de ordenança, para que dos dois criasse em si mesmo novo homem, fazendo a paz e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz" (Ef 2.15-16).

Em outras palavras, o testemunho do amor de Deus, em humilhação e morte de seu Filho Jesus Cristo, foi tão poderoso que rachou de alto a abaixo aquela barreira formidável que impedia a comunhão humana. Desse momento em diante o Povo escolhido de Deus já não estava mais circunscrito à nação judaica, mas a esse Povo podiam pertencer todos os homens e mulheres que em qualquer parte aceitassem o Evangelho e confessassem Jesus Cristo como Senhor. Pela morte de Cristo as barreiras de culto, classe, e raças terminaram. Há na comunidade cristã lugar para todos os que têm fé. Paulo declarou: "Dessarte não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3.28).

O Novo Testamento muitas vezes declara que a Igreja na qual essa maravilhosa espécie de unidade pessoal é encontrada, é o "corpo de Cristo". Que significa isso? Não é preciso muita imaginação para compreender o significado do corpo como organismo físico em que cada simples órgão, ou parte, é dependente das outras, tanto quanto dependente da vida do corpo todo. A mútua dependência do olho, da mão, ou do pé, é o modelo do auxílio e sustento comum que cada cristão individualmente deve dar ao seu próximo. "De maneira que, se um membro sofre, todos sofrem com ele; e, se um deles é honrado, com ele todos se regozijam" (I Co 12.26). Este quadro pode ser muito simplesmente aplicado às relações pessoais dentro da comunidade cristã. Uma igreja sã, como um corpo são, é aquela na qual não há discórdia.

O ensino de Paulo perde a sua força para nós, contudo, se virmos em I Coríntios 12 mera lição objetiva que poderia ser aplicada indiferentemente à Igreja ou a qualquer sociedade humana. Paulo dá ênfase àquilo que Deus tem feito pelo seu Espírito para tornar possível essa unidade desejada. Pelo mesmo Espírito, Deus tem dado dons variados e talentos aos membros individuais da Igreja. Conhecendo as necessidades diversas e os temperamentos de suas criaturas, Deus tem dado a cada um certas habilidades que são úteis ao bem-estar de toda a comunidade. Alguns podem curar, outros profetizar, ainda outros podem falar línguas, ensinar, ou governar (I Co 12.28). Essas diferenças de dons do Espírito não são de forma alguma desculpas para dissensão e divisões na Igreja de forma alguma; pelo contrário, Deus deseja manter os crentes juntos e em unidade, pois cada um necessita do seu irmão. Para coroar todos os dons à disposição dos crentes, há ao alcance de todos e não de uns poucos, o próprio amor de Deus que "une todas as cousas e é o vínculo da perfeição" (Cl 3.14 e I Co 13).

Todo este ensino pode parecer bastante teórico para os que têm contemplado muita dissensão e amarguras na Igreja para serem impressionados com alguns pensamentos piedosos acerca da unidade. "Era fácil para Paulo escrever tais cousas, mas ele deveria ver o povo contencioso de minha igreja!"

Se houve homem que teve motivos para desesperar-se pela falta de paz e concórdia dentro da comunidade cristã, esse homem foi Paulo. Leia tudo o que ele escreveu à jovem igreja de Corinto! Cometeram pecados terríveis: inveja, discórdias, impurezas, porfias, idolatria, prostituição, bebedices e glotonarias, cousas que Paulo cita como os pecados dos crentes da igreja de Corinto. Poderíamos perguntar se alguma congregação já tem sido acusada desse viver anticristão. E mesmo assim, a esse mesmo povo, Paulo escreve: "Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse

corpo" (I Co 12.27). Certamente Paulo não era um teórico otimista. Ele conhecia o lado triste e vergonhoso da vida da igreja, e mais: ele conhecia a realidade da graça de Deus dada em Jesus Cristo aos homens. Ele recebeu com fé a revelação da vontade de Deus em relação à unidade de seu povo.

Assim os primeiros conversos em Jerusalém e Antioquia aprenderam acerca da unidade cristã, não pela discussão teórica, mas pela vida em conjunto. Aprenderam em primeiro lugar a verdade de que Jesus Cristo pôs por terra a parede de divisão hostil. As diferenças naturais e culturais entre os cristãos não poderiam impedir a ação do poderoso impulso de Cristo de os manter juntos em comunhão. Quando séria tensão se levantou entre eles por causa do rito judaico da circuncisão — e os que pregavam tal coisa se tornaram intoleráveis aos gentios — houve perigo de que a Igreja se dividisse em partidos ou "denominações", mas Pedro, Tiago e Paulo não permitiram que isso acontecesse.

Qual a causa dessa nova e estranha solidariedade? Dependia unicamente da lealdade comum deles ao Senhor Jesus? O poder coesivo dessa fé foi na verdade forte, porém mais forte foi o poder que surgiu, não somente da vontade dos homens, mas da presença de Deus como Espírito Santo. Os membros da Igreja primitiva "perseveravam... na comunhão" (Atos 2.42). A palavra aqui usada em o Novo Testamento é *koinonia* que é no grego é uma palavra rica de sentido e vigorosa. Do ensino geral do Novo Testamento, aprendemos que esta palavra, que tão bem descreve aquela qualidade de vida da Igreja, tem muitos significados. Refere-se ao direito comum de propriedade, bem como a co-participação de bens, como foi o caso da coleta para os cristãos pobres de Jerusalém. Significa também o benefício comum do Espírito Santo e participação dos seus dons. Ou descreve a participação dos crentes em Cristo na vida divina do Espírito Santo. Finalmente significa a participação pessoal comum no corpo e no sangue de Jesus Cristo no sacramento da Santa Comunhão, onde pão e vinho se tornam meios de graça divina.

Naqueles primeiros anos da Igreja, a comunhão dos cristãos foi ameaçada pelas tensões internas, e pela tentação de aderir a métodos e maneiras não-cristãos. Mesmo assim esses membros da Igreja neotestamentária deram testemunho da realidade experimentada da magnífica "vida-de-koinonia" em presença do poder do Espírito Santo. Quando as dissensões entre os irmãos pareciam ameaçar essa vida coletiva, o apóstolo Paulo podia confiantemente implorar que "preservassem a unidade do Espírito no vínculo da paz" (Ef 4.3).

Além disso, ele podia assegurar-lhes que o Corpo de Cristo, no qual eles compartilhavam sua vida comum, foi dádiva de união assegurada por propósito especial da parte de Deus. Assim como Cristo veio a este mundo e se identificou com os seres humanos para os reconciliar com Deus, também veio para "unir todas as cousas, tanto as do céu como as da terra" (Ef 1.10). Esta era a sua maneira concisa de escrever acerca do último propósito de Deus — "o mistério da sua vontade". Contra toda a força má do mundo que causa rebelião contra Deus e lutas viciosas entre os homens, o Criador do mundo luta. O ataque grave e decisivo de Deus contra os poderes do mal foi a vinda de Jesus Cristo ao mundo. A unidade da Igreja é um dos primeiros frutos da vitória de Cristo. Essa unidade é parte primária do plano de Deus. É marca necessária da Igreja que Deus introduziu no mundo para proclamar, e estender a obra reconciliadora de Cristo. A unidade da Igreja, pois, é tanto um sinal de unidade perfeita que está para vir no Reino de Deus, como meio pelo qual Deus o trará à consumação. A Igreja deve ser uma, se é que vai ser usada por Deus para unificar todo o mundo em Cristo.

DIVERSIDADE SADIA E DIVISÕES INFELIZES

Enquanto não se entende o ensino bíblico a respeito da unidade da Igreja *com* Cristo e *em* Cristo, não se pode realmente ficar perturbado com o problema de divisões dentro da Igreja. Contudo, uma vez que se entenda quão essencial é a Igreja à grande obra de reconciliação de Deus em Jesus Cristo, ele experimentará dor e horror em face das divisões.

O problema é que crescemos tão acostumados ao mal que já nos tornamos insensíveis a ele. Em terras de miséria e fome uma pessoa pode perder muito de sua compaixão pelos destituídos da sorte e famintos e, contrariamente à sua consciência, passa a simplesmente aceitar essas coisas como parte do cenário natural. Soldados que, em casa, mostrariam simpatia por um homem ligeiramente aleijado, se tornam calejados no calor da batalha para com a selvajaria e o morticínio.

E a maior parte dos cristãos, por cuja unidade Jesus morreu, ficam indiferentes diante do espetáculo de lutas partidárias dentro das congregações, de igrejas separadas por diferenças raciais, ou diante da proximidade de igrejas de denominações opostas na mesma rua. Para tais seria quase sem significado algum, aquela oração familiar: "Dá-nos graça para que tomemos a sério o grande perigo em que estamos por causa de nossas tristes divisões...". As divisões da Igreja são, contudo, perigosas e abomináveis aos que conhecem e vivem pela fé neotestamentária.

Não obstante, qualquer homem pode, com razão, ficar atrapalhado, considerando até que ponto é relevante o Novo Testamento para a Igreja do tempo presente. Afinal, todos estes séculos de história têm trazido grandes mudanças! Pode o mesmo princípio de unidade que aplicado às minúsculas congregações espalhadas pelo Império Romano ser considerado válido para a nossa própria presente estrutura de Igrejas que se espalham pela terra? Considere-se, por exemplo, este problema capital: quando os cristãos primitivos falavam de união e divisões, eles se referiam a relações entre indivíduos ou a pequenos grupos dentro da mesma igreja? Hoje temos de considerar grandes e distintas famílias de Igrejas, chamadas confissões ou comunhões, tais como: ortodoxos, romanos, anglicanos, luteranos, reformados, metodistas, batistas, congregacionais, pentecostais, etc. Que coisa confusa deveria ser tudo isto para os apóstolos! Em muitos países as igrejas destas famílias estão organizadas em denominações separadas, e coisa semelhante jamais foi conhecida ou antecipada no Novo Testamento.

É perfeitamente claro, de acordo com a Bíblia, que a Igreja existe apenas em dois níveis: há uma Igreja universal na terra e no céu, e uma congregação local que é *ponto focal* da Igreja. Fora disto não existe comunhões ou denominações como nós as conhecemos hoje. Assim, não estamos de forma alguma de acordo com o Novo Testamento, quando chamamos a esses corpos de Igreja Luterana, Igreja Metodista, ou Igreja Católica Romana. É precisamente a separação desses corpos em vilas, em cidades, em nações e no mundo, que constitui o problema da divisão. Mais uma vez devemos perguntar: "Qual é o ensino relevante do Novo Testamento neste particular? O Novo Testamento tem uma palavra definida para indicar denominação. O Novo Testamento refere-se ao termo negativamente e em julgamento. Questiona sobre o seu direito de existir separadamente como corpo dividido.

Primeiro, certamente estaremos em erro, se tentarmos justificar a nossa denominação, apelando para a Escritura Sagrada. Qualquer denominação que se queira dizer a única Noiva de Cristo, ou o Corpo de Cristo, está errada. Certo bispo anglicano recentemente citou as seguintes palavras: "Cristo amou a sua Igreja e a si mesmo se entregou por ela" (Ef 5.25), e observou: "Cristo não amou os anglicanos, ou os ortodoxos, ou os batistas, ele amou a Igreja". Assim sendo, nenhuma denominação pode batizar uma pessoa para si mesma, mas unicamente para a Igreja de Cristo. E batismo é assim um dos laços mais fortes de unidade entre todos os cristãos.

Muitas vezes os cristãos interpretam mal a Bíblia, quando aplicam à denominação o que a Bíblia diz a respeito do crente individualmente. Consideremos, por exemplo, a parábola da videira e os ramos (Jo 15). Jesus claramente fala de seus discípulos como os ramos, mas muitas pessoas erradamente pensam das várias denominações como ramos necessários da Igreja. Da mesma forma quando Jesus ora: "que todos sejam um", ele está intercedendo junto a Deus pela unidade de seus seguidores. O pronome pessoal "eles" aqui não se refere às denominações que ele deseja se unam. Tentação semelhante temos com referência ao discurso de Paulo sobre a diversidade dos dons do Espírito (I Co 12). Alguns cristãos dizem que as deferentes denominações são necessárias porque incorporam essa diversidade de dons espirituais que são dados por Deus à Igreja na sua totalidade. Mas tal interpretação é maneira arbitrária e ilícita de usar a Bíblia para defender uma idéia não-bíblica.

Segundo, o Novo Testamento faz supor que denominacionalismo é contrário à verdadeira natureza da unidade da Igreja. Os grupos que no tempo dos apóstolos mais se assemelhavam às denominações, tanto quanto sabemos, eram os três partidos na igreja de Corinto, que diziam pertencer a Paulo, a Apolo e a Cefas (I Co 1.12). Comparar esses pequenos grupos aos grandes, bem organizados e auto-suficientes dos nossos dias, não é de justiça. No entanto, o ataque do Apóstolo contra tal espírito de divisão na Igreja antiga, pode ser de igual modo dirigido contra o presente denominacionalismo. "Está Cristo dividido?", eis uma pergunta crítica, porque se Cristo estivesse dividido de alguma forma, a Igreja também estaria. Mas Cristo é um e indivisível, como deve ser a Igreja. Qual a causa de tais divisões? Paulo responde: "Sois carnis", com disposição pecaminosa, e esqueceis que estais vivendo "em Cristo" para atuar e "andar segundo o homem" (I Co 3.3-4).

Quando um cristão sincero começa a ponderar sobre a questão de divisões, sua primeira conclusão pode ser que seria melhor para a Igreja sofrer por causa das divisões do que ser em todos os lugares da mesma exata uniformidade. Em muitas áreas do mundo, temos presenciado o crescimento do estado e sociedade totalitárias. A ditadura não pode funcionar sem o indisputável poder de formar os homens de acordo com a vontade estatal. Muitos desses que são obrigados a conformar-se, aprendem pela primeira vez quão precioso é o privilégio da liberdade.

Pois bem, há grande medo entre os cristãos de que a unidade da Igreja deva depender da supressão da liberdade e da imposição de um rígido padrão uniforme de doutrina, culto, governo e disciplina moral. Aqueles que tal cousa temem, vêem unicamente duas alternativas para a Igreja: divisão ou uniformidade. Duas cousas podem ser ditas para afastar esse temor: primeiro, não há Igreja, ou denominação, nem mesmo a Católica Romana, que no presente, imponha completa uniformidade sobre seus membros. Além disso, nenhum líder responsável da igreja advogaria a união como uniformidade completa, mas como um mal que deveria ser evitado. Isto tem sido dito com ênfase

repetidamente por quase todos tais líderes.

Segundo, distinção clara deve ser feita entre "diversidade" ou "diferença" por um lado, e "divisão" por outro. Que há divisões entre as Igrejas é fato que deve ser deplorado, mas diversidade e diferença entre as Igrejas é sinal de saúde e força. Muitos cometem o erro de deplorar as "diferenças" entre as Igrejas, como se elas fossem mesmo que divisão.

Saudamos as diversidades e diferenças justamente porque Deus criou todos os homens como indivíduos e não como moedas cunhadas pela máquina. Alguns nascem em climas quentes, outros em frios. Nascemos como membros de muitas diferentes raças e nações e desde a infância aprendemos uma das centenas de línguas distintas existentes. Alguns são rigorosamente controlados pela ordem, noção de moderação e pontualidade, enquanto outros são naturalmente casuais e emocionais, guiados mais pelo sentimento do que pela razão. Nossos gostos em música e artes são diferentes; assim como nossos sistemas de educação. Portanto, nossa maneira de pensar também é diferente; nossa opinião quanto à atitudes se elas são de polidez, ou rudes, diferem de acordo com a nossa cultura. Em outras palavras, a própria diversidade da espécie humana torna inevitável que tão grande corpo como é a Igreja tenha de forçosamente refletir estas diversidades de numerosas maneiras. A fé cristã é tão compreensiva e universalmente válida que pode abarcar todas as diversidades dadas por Deus sem alienar a pessoa do seu próprio país ou violentar a unidade da Igreja.

Que dizer acerca da liberdade de pensamento e de crença? Tal Igreja tão completamente unida em referência a credo e sistema doutrinário, não sufocaria qualquer desvio de pensamento em ensino e predica? É pergunta que preocupa seriamente muitos de nós quando pensamos em unidade. Esse temor tem algum fundamento. Há os que se opõem na verdade ao movimento em favor da união da Igreja precisamente por oposta razão. Eles supõem que os padrões de fé numa Igreja unida seriam tão vagos e indefinidos que qualquer espécie de falso ensino poderia ser tolerado. No primeiro caso, o temor seria por parte dos que dão valor muito elevado à completa liberdade de pensamento na Igreja; no segundo, o temor seria por parte dos que não apreciam o seu valor. Uns de um extremo gostariam que se abolissem todos os credos e confissões como invenção do homem para escravizar as mentes. Os do lado oposto olham seus credos e confissões como sendo virtualmente de autoridade divina.

Haverá maneira de se evitarem os dois opostos? Sim, há o caminho de legítima diversidade dentro da unidade de crença e tal diversidade já está lá em muito maior extensão do que muita gente pensa. Dentro daquelas igrejas que não requerem adesão formal a um credo, ou declaração de fé, não obstante, há um consenso muito elevado naquelas cousas essenciais da fé sem as quais o cristianismo perderia seu caráter distintivo. Esses elementos essenciais incluem a crença em Deus, o Pai, Filho e Espírito Santo; salvação pela morte e ressurreição de Jesus Cristo; autoridade e suficiência da Bíblia. Por outro lado, naquelas igrejas em que dão grande importância à aceitação completa de certos credos e confissões há muito menos concordância atual do que se poderia esperar. No primeiro caso, a liberdade na Igreja não levou à indisciplinada anarquia de crença e nos outros casos a autoridade não destruiu a liberdade. Dentro do quadro de cousas essenciais da fé cristã há lugar para diversidade de pensamento e convicções. Verdadeira unidade não será conquistada através de compromissos negligentes com a verdade do Evangelho, nem virá através de imposição de um sistema dogmático compreensivo. Esta é uma aplicação do testemunho de Paulo que devemos trazer tudo em "cativeiro para Cristo", mas só ele nos liberta.

O mesmo poderia ser dito acerca do culto cristão. Quando se viaja de um país para outro e muitas diferentes igrejas são visitadas, a pessoa admira-se de ver numerosas variantes em liturgias, hinos, posturas físicas, costumes e idéias fundamentais que são incluídas no culto cristão. Um ortodoxo num culto reformado, pensaria estar assistindo à função acadêmica; um batista participando de uma liturgia da Igreja Mar Thoma (por influência dos Anglicanos uma parcela da Igreja Malankar formada pelos Sirianos e Jacobitas, funda a Igreja Mar Thoma, com eclesiologia ortodoxa e soteriologia protestante) pensaria à primeira vista estar sendo testemunha de ritos supersticiosos; um anglicano em igreja de vila africana, ou mesmo no Sul dos Estados Unidos sentir-se-ia chocado por aquilo que ele considera emoção excessiva, e "mau gosto". Porém, o cristão da vila sentir-se-ia enfadado pela dignidade e o "bom gosto" do culto em igreja na cidade.

Diferenças extremas em formas de culto são encontradas dentro da mesma denominação sem romper a unidade de que gozam. Não há numa só Igreja lugar para larga e variada prática em adoração a Deus? Por baixo de todas as formas exteriores de ritual e movimento que distingue uma forma de culto cristão de outra, há certo fundamento comum que é de caráter cristão único e evidente. Esse fundamento é alicerçado com elementos universalmente reconhecidos, tais como: leitura bíblica, pregação, Santa Ceia, oração, cânticos de louvor em nome de Jesus Cristo.

Há ainda outra classe de diversidade entre e dentro das Igrejas — a matéria de julgamento ético e moral. Sem dúvida que definir com precisão que espécie de comportamento é cristão e qual não é, vem a ser tarefa mui precária. Obviamente todos estão de acordo com os Dez Mandamentos e com o mandamento de amor. Mas quanta concordância há sobre os seguintes problemas: pode um cristão servir o exército? Divorciar-se, ou casar com pessoa já divorciada? Beber, ou fumar? Aceitar auxílio financeiro do governo? Alguns nem cogitaram destes assuntos, mas outros tratariam deles com a máxima gravidade e importância. Estas cousas são diversidades legítimas, ou causas válidas para divisão dentro da Igreja?

O catálogo de prática e ensino diferentes a respeito do assunto poderia ser grandemente ampliado. Mas o que se disse é suficiente para mostrar que existe muitíssima variedade dentro da Igreja e das comunhões e pouco perigo há atualmente de que a Igreja visível se torne tão uniforme como temem alguns cristãos.

Se essas tantas diversidades na Igreja são toleradas e até desejadas para o bem-estar da Igreja, haveria alguma razão para que se levantassem divisões afinal? Idealmente falando, a resposta é não. Contudo, divisões às vintenas simplesmente aconteceram e devemos tentar entender as suas causas.

Certamente que faríamos injustiça aos fatos da história se declarássemos que todas as divisões, sendo más, tiveram origem simplesmente em espírito sectário e em injustificável confiança própria de um grupo, ou Igreja, julgando-se depositária única da verdade do Evangelho. No caso de alguns grupos assim é, mas não em todos. Muitas divisões se têm dado por causa do trabalho heróico e do testemunho profético de pessoas que desejaram unicamente servir com humildade ao Evangelho e introduzir na Igreja reformas de acordo com esse mesmo Evangelho. O que eles asseguraram ser a fidelidade deles ao Senhor, mostra que seria impossível agir de outra forma. "Aqui estou eu", declara Martinho Lutero, sabendo que a sua firme posição o levaria a ser excluído por parte da Igreja de Roma. Retirar as acusações que fizera contra as corrupções da Igreja de Roma só para preservar a sua unidade, seria para ele ato de traição a Deus. Tão

pouco poderia João Calvino em Genebra, ou Thomas Crammer na Inglaterra voltar atrás nos protestos que cada um fizera em nome do Evangelho. Não poderia Roger Williams, no século XVII, nos Estados Unidos da América, vender sua fé por amor da unidade de uma Igreja puritana intolerante. Nem João Wesley sentiu-se dirigido pelo Espírito Santo a deixar seus milhares de fiéis seguidores sem ministros, para permanecer obediente às regras da Igreja da Inglaterra (Anglicana). Todos eles estavam convencidos, com base bíblica, de que os princípios pelos quais lutavam, eram indispensáveis ao bem-estar da Igreja.

Nesse mesmo espírito de convicção, hoje, muitos fiéis cristãos crêem que não podem restaurar as divisões da história, unindo as igrejas, na base de compromissos fáceis. Os ortodoxos vêem a tradição e o ensino da sua Igreja; os anglicanos vêem o ministério e os sacramentos; os luteranos e calvinistas vêem a sua confissão de fé; os batistas insistem no batismo por imersão e somente de adultos; vendo todos nesses elementos distintivos, cousas que os identificam e que são elementos fundamentais ao próprio cristianismo que não podem negociar em nome da unidade. A unidade nunca deve ser buscada em detrimento da verdade cristã, como se a unidade fosse mais importante que a verdade. Cristo que é a verdade é também aquele em quem está a unidade.

Haverá qualquer possibilidade de escaparmos desta situação perplexa em que membros de certas igrejas vivem torturados entre o ardente desejo de ser um com os seus demais irmãos e a inabilidade de alcançar essa visível união, sem perder aquilo que crêem ser verdades divinamente outorgadas? Este é precisamente o dilema em que os cristãos se encontram hoje, e não há resposta fácil de ser encontrada. Esta é a razão porque o movimento das Igrejas para uma unidade visível requer muita paciência, sabedoria, amor e sofrimento, como muito bem diz certo relatório de uma conferência do Conselho Mundial de Igrejas: "Estamos em situação em que somos incapazes de renunciar às cousas que nos dividem, porque cremos que a obediência a Deus mesmo nos compele a permanecer firmes. E este é o ponto a que chegamos, juntos para implorar misericórdia e luz. Aquilo que cremos ser a nossa lealdade deve trazer-nos juntos ao pé da Cruz".¹

Que devemos dizer então a respeito de diversidades e diferenças entre as Igrejas, que não atingem as partes essenciais do Evangelho? Tais diferenças, que representam variações naturais e padrões culturais nas disposições humanas, deveriam simplesmente demonstrar as riquezas da Igreja e o poder de Jesus Cristo em ajuntar a si, em comunhão, homens de toda a sorte e condições.

O que acontece muitas vezes é que grupos de cristãos se agarram a uma diversidade particular de doutrina, de culto ou de julgamento ético e a transformam em princípio de exclusão. Clamam que qualquer outra pessoa que não possa concordar com eles naquele ponto, não mais podem ter comunhão no seu meio. Em consequência disso fazem dessa peculiaridade um ídolo e o adoram. Dizem ao mundo que Cristo realmente deu unidade à Igreja; contudo essa unidade só é encontrada onde há acordo entre si. Julgam-se, portanto, os únicos fiéis e verdadeiros cristãos. A essência deste espírito divisionista é chamado sectarismo.

Haverá alguma possibilidade de traçar-se distinção entre divisões causadas por se idolatrarem certas diversidades, tidas como absolutas, e divisões que foram resultantes de genuíno desejo de ser fiel à vontade de Deus? Tal pergunta nos leva ao ponto

¹ Relatório *Fé e Ordem* — Evanston, 1954

fundamental do problema e explícita da Igreja onde matéria de verdade e falsidade estão envolvidas? Naturalmente a Bíblia, responderemos. Sim, a Bíblia, mas interpretada de que forma? Pelo testemunho interno do Espírito Santo? Pela fé e razão? Pelo poder didático da Igreja? O fato simples e muitas vezes acabrunhante é que não há unanimidade mesmo entre aqueles que têm a mais elevada crença na Bíblia como a revelação da Palavra de Deus. É na verdade presunção, se não cousa muito perigosa, chegar a um grupo à conclusão de que conhece a vontade de Deus em todos os pormenores exatos. Sem embargo, esta é a suposição daqueles que estão convencidos de que só eles, dentre todos e todas as congregações que professam a fé em Jesus, têm e detém a verdade.

Por exemplo, há grupos de cristãos que asseguram que a Igreja só pode ser verdadeira à vontade de Deus se for independente do Estado; outros insistem sobre um e unicamente um ponto de vista da Bíblia e sua autoridade; ainda outros pretendem ter restaurado à perfeição a organização do Novo Testamento; há os que excluem aqueles que discordam no tocante à imoralidade do fumo ou da bebida; bem como há os que acreditam que o batismo deve ser praticado de um só modo — por total imersão em água. Se tais razões podem justificar a divisão da Igreja é cousa que deve ser decidida depois de uma resposta afirmativa segura dada à pergunta: Dá-lhes a Bíblia, a eles, completo e firme apoio?

A espécie de divisão que nos inquieta não é, portanto, meras variantes encontradas no culto, na predica e na prática. Estamos pensando naqueles cismas dentro de uma grande Igreja, que separam cristãos em denominações, confissões ou comunhões opostas, algumas vezes hostis. Por exemplo, no que diz respeito a relações mútuas, luteranos, batistas e anglicanos estão radicalmente divididos. Só em raras instâncias aos membros de uma destas confissões se permite participar na Ceia do Senhor em uma igreja de uma das três confissões. Sempre que há igrejas na mesma vila ou cidade, há poucos sinais externos de que seus membros tenham qualquer elo de unidade em Jesus Cristo. Admitindo-se certa exceção, pode dizer-se em geral e com verdade que em sua existência como corpos eclesiásticos, quer local, nacional ou mundial, elas estão interessadas exclusivamente no bem-estar de seu povo e no de suas instituições. O mesmo pode ser dito de outras denominações. Isto é divisão no mais profundo e pior sentido, quando cristãos na mesma localidade dizem: "Nós não temos necessidade de vós que estais em outra igreja". É quase melhor viver em tensão e conflito entre cristãos do que tal fria indiferença, porque em conflito pelo menos há encontro pessoal.

Contudo há exceções e algumas muito importantes que demonstram que a unidade do povo de Deus pode ser obscurecida, mas não destruída. Muitas vezes acontece que, a despeito de barreiras oficiais de doutrina e regras eclesiásticas que os separam, cristãos de diferentes Igrejas vivem mais perto uns dos outros do que dos membros da sua própria Igreja. Linhas de acordo e propósitos comuns cortam as barreiras confessionais. Muitas vezes acordos surpreendentes são encontrados no reino do pensamento religioso e de opinião. Na maioria das vezes pouco tem que ver com a teologia. Lealdades comuns provocadas pela cultura, nacionalidade, classe social, língua, e cidadania local podem fazer mais para unir cristãos em uma comunhão do que os laços da tradição denominacional, doutrina ou ordem.

A menção feita a fatores culturais e sociais que podem cortar as barreiras denominacionais faz-nos lembrar que tais fatores também foram causas para provocar divisões na igreja do passado, divisões que se perpetuam até nossos dias. O problema é

que os cristãos gostam de pensar que qualquer divisão em que suas próprias Igrejas tomaram parte, ou de que suas igrejas se retiraram, eram inteiramente de natureza doutrinária. Teologia é mais respeitável na Igreja do que sociologia ou economia. É preferível dizer que certas denominações vieram a existir para conservar a pureza do Evangelho a admitir que foi por causa de forte sentido nacionalístico. Mas isso não explica a razão por que Igrejas com nomes de países europeus ainda sejam encontradas nos Estados Unidos, África e Ásia. O dinheiro também representa alguma coisa. Em algumas regiões, até recentemente olhadas como "campos missionários", uniões são procuradas pelas igrejas. Algumas igrejas, parece, satisfazem à consciência se certos argumentos doutrinários contra a união podem ser levantados de maneira a simular o receio de que receberiam menos recursos financeiros dos *boards* (*juntas, departamento*) missionários depois da união. Se a verdadeira história da Igreja for lida com cuidado ver-se-á que muitas vezes as divisões foram causadas, não somente por disputa a respeito da verdade, mas também pela dissensão entre bispos na luta pelo poder pessoal, pela fricção entre cristãos de diferentes nacionalidades, pela luta na posse de propriedade, ou por domínio de nações, pela afirmação de superioridade de membros de uma raça sobre outra, por interesse de pequenos grupos e fatores semelhantes, e não por legítimas questões bíblicas, teológicas e doutrinárias.

A questão crucial hoje é: que pensam os cristãos realmente acerca das divisões da Igreja? Aceitam alegremente como fato consumado e negam o mal de tais divisões dizendo simplesmente que a "unidade do Espírito" é suficiente, ou não fazem mais do que admitir com indiferença que divisão é coisa má e que a unidade seria "coisa boa de se ter", muito embora nesse caso há pouca esperança de que esforços previdentes dos profetas da unidade cristã produzam frutos. Porém, se os cristãos olham as divisões como pecado que retarda a obra de Deus em Cristo para reconciliação dos homens entre si e com o próprio Deus, então terão razão forte para lutar contra tudo o que divide a Igreja em muitos partidos.

Dizer que divisão é resultado de pecado não é a mesma coisa que acusar todas as pessoas que tomaram parte em atos de divisão de serem astuciosos pecadores. Como temos visto, quase todos os homens que estiveram envolvidos na criação de novos movimentos que se transformaram em denominações, lutavam pela verdade e pela pureza do Evangelho. Eles desejaram, não divisão, mas reforma interna e aborreciam as divisões. Há mais de 1500 anos passados o grande patriarca e pregador João Crisóstomo de Constantinopla angustiava-se por causa das lutas partidárias e das intrigas políticas na Igreja e, pregando sobre Efésios 4.16, declarou: "Nada tem conseguido dividir a Igreja com tanto bom êxito como o amor ao mando (*ao poder*). Nada tem provocado tanto a ira de Deus como as divisões da Igreja". Quando consideramos outros terríveis pecados que provocam a ira de Deus — idolatria, adultério, assassinio — compreendemos que João Crisóstomo não estava exagerando. Ele dava significado literal às suas palavras. *Nada* provoca a ira em Deus como as divisões. Por quê? Porque a Igreja é o instrumento criado por Deus para estender a salvação operada em Jesus Cristo a todas as gerações em todo o mundo. Divisões impedem e anulam o propósito salvador de Deus.

Assim, no século presente o movimento em favor da unidade da Igreja tem sido motivado, por um lado, pelo horror ao pecado de divisão, por outro, pela aspiração de uma unidade abençoada. Esta foi a nota que soou na primeira Conferência sobre Fé e Ordem, em Lausanne, em 1927. Peter Ainslie, da Igreja dos Discípulos de Cristo, declarou nessa ocasião: "Visto que a Igreja é uma fraternidade, divisão é pecado. Clamar que esta ou aquela é a Igreja e que as outras são seitas, cismáticos, denominações é jogar com palavras de modo a esquivar-se do arrependimento". Palavras fortes, mas

necessárias se é que os cristãos devem ser trazidos ao conhecimento da pecaminosidade das divisões e da necessidade de arrependimento e a cura pela misericórdia e poder de Deus.

Mais recentemente, o pecado da divisão tem sido interpretado à luz da obrigação missionária da Igreja. É dever da Igreja na terra proclamar o Evangelho, mas o Evangelho não é meramente promessa da salvação de pessoas individualmente. Fala da reconciliação dessas pessoas com as outras na comunidade dos fiéis. Pela morte e ressurreição de Jesus Cristo essas pessoas foram reconciliadas umas com as outras. Esta é precisamente a mensagem que os não-cristãos dos nossos dias precisam ouvir e crer: que Deus em Cristo venceu as inimizades e hostilidades entre os homens.

Mas vem a Igreja e anuncia a reconciliação em Cristo, mas os não-cristãos, vendo quão pouca evidência há de reconciliação entre os próprios cristãos, ficam confusos, ou divertem-se, dependendo da seriedade ou do ceticismo com que tomam a mensagem cristã.

Este grave assunto foi objeto de cuidadosa ponderação por parte da 2.^a Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas: "As divisões são pecaminosas porque tornam obscura aos homens a suficiência da expiação de Cristo, tanto quanto nega o Evangelho de reconciliação nas próprias vidas dos que o anunciam".

Comentando esta idéia, disse o Bispo Newbegin, da Igreja do Sul da Índia: "Ninguém que se tenha esforçado na tarefa de levar Cristo aos de outras crenças, pode escapar à vergonha daquela declaração... Dizer que a Igreja deve ser uma de modo que o mundo possa crer, é convocar uns e outros a voltarem à fonte da Igreja que está em Cristo e quando permitimos ao Cristo vivo realizar o seu trabalho expiatório em nós (quebrar as nossas divisões e unir-nos uns aos outros) recebemos por causa disto novo poder para sair e ir ao mundo convidar todos os homens a compartilhar a expiação que é para todos". ²

² *The Household of God* (Londres), 1953, p. 150

DIVISÕES E UNIÕES NA HISTÓRIA DA IGREJA

"As vergonhosas brigas dos cristãos divididos", assinalou o céptico filósofo francês, Voltaire, "sob o pretexto religioso, têm causado mais dano, mais paixão nociva e derramado mais sangue humano do que todas as lutas políticas que têm assolado França e Alemanha sob o pretexto de manter o equilíbrio da Europa". Com grande tristeza e vergonha, devemos admitir que há muito de verdade nessas asseverações.

Já se disse muitas vezes que a longa história da Igreja tem sido simplesmente uma triste história de cismas. A história da Igreja tem sido ensinada como se isto representasse toda a verdade. Contudo, há maneira igualmente válida, mas oposta, de olhar esta história complexa — como luta contínua de cristãos fiéis para restaurar e preservar a unidade da Igreja. Nós estamos ouvindo muito a respeito do movimento em favor da união no tempo presente, mas o fato é que este movimento teve sua origem no tempo do Novo Testamento.

Já vimos que a divisão entrou no seio dos seguidores de Jesus logo no começo. Mesmo os discípulos disputavam na presença de Jesus acerca de quem seria o maior entre eles. Depois que a Igreja Cristã foi batizada com o Espírito e inaugurada no Pentecostes, classes diversas de crentes se alinharam em grupos e partidos. Não houve divisões abertas, nem denominações se formaram, mas podemos ler nas entrelinhas do livro de Atos dos Apóstolos e nas cartas de Paulo, e ver que a razão por que há forte insistência no lato de que unidade é bênção dada por Deus, se baseava na ameaça de divisões que deviam ser combatidas.

No primeiro século nuvens de heresias, que ameaçavam sufocar a Igreja, já se ajuntavam. Houve um movimento religioso conhecido como gnosticismo que negava ser Deus o criador do mundo e Jesus Cristo, o Verbo de Deus feito carne. Além disto, enfraquecia o conceito bíblico de pecado e transformava a salvação em esquema fantástico sem qualquer relação com a cruz de Cristo. Foi movimento corruptor de grandes proporções e perigo terrível para a verdade e unidade da Igreja. Em três processos de primacial importância, a Igreja reagiu efetivamente no sentido de esclarecer a sua doutrina e de defender a sua unidade. A Igreja definiu o cânon da Bíblia e submeteu-se à sua autoridade, fixou os elementos essenciais da fé incorporados naquilo que hoje conhecemos como o "Credo dos Apóstolos", como base para profissão de fé à hora do batismo, e regularizou também a estrutura episcopal do ministério.

Esta não foi a única força decisiva naquele período, que recebeu o nome otimista, mas inexato de "tempo da Igreja indivisa".

Do século II em diante houve muitos conflitos e movimentos de divisão no cristianismo. No quarto século a Igreja experimentou a sua maior tensão interna sobre a questão da verdadeira interpretação da pessoa de Jesus Cristo. Os seguidores de vários líderes teológicos formavam partidos separados. O problema muito simples de ser proposto, mas nem sempre de fácil resposta foi: de que forma pode Jesus Cristo ser tanto Deus como homem? Isso não foi questão de especulação casual, mas foi e é de

fundamental importância para a fé cristã³. Como podia a unidade da Igreja ser assegurada em face destas tentações fortes?

Tomou a iniciativa o Imperador Constantino que há pouco havia feito do cristianismo religião favorecida do império romano. Ele desejava que o cristianismo, com sua doutrina de unidade em Cristo, cimentasse o império, mas em vez disso, achou-se na situação de andar tentando remendar as fendas na estrutura da Igreja. Para a cidade de Nicéia (situada agora na Turquia), em 325, Constantino convocou os bispos para grande Concílio. Aparecendo perante os bispos, como pessoa que os convocara, declarou em palavras imaginadas pela dramata moderna, Dorothy Sayers: "Para mim, vosso servo, qualquer dissensão dentro da Igreja representa algo tão temível como a guerra e, talvez, mais difícil de ser liquidada". Mesmo assim, este primeiro Concílio Ecumênico não foi capaz de terminar com as dissensões, tendo contudo fixado o padrão pelo qual agora é universalmente aceito como a doutrina cristã da pessoa de Cristo e que foi incorporada no que conhecemos como o Credo Niceno.

Lá pelo ano de 787, nada menos de sete grandes Concílios já tinham sido convocados, não somente para clarificar matéria de doutrina e disciplina, mas também manifestar e preservar a unidade da Igreja contra as divisões. Os historiadores não estão todos de acordo quando consideram o problema da representação a esses Concílios, sobre se eram verdadeiramente representativos e ainda sobre o ponto de quão efetivamente conseguiram conservar a unidade. Do nosso moderno ponto de vista, pode-se ver que eles estavam preocupados tanto em descrever os erros de seus inimigos, como em definir a verdade do Evangelho. A terrível palavra "Anátema", significando amaldiçoado ou excomungado, foi veementemente usada contra numerosos declarados inimigos da fé. Porém, a despeito destas decisões negativas, é significativo notar que as definições doutrinárias destes concílios contribuíram muito para dar forma à fé e à prática cristãs.

Foi durante estes séculos que a tensão aumentou entre a Ortodoxia oriental e o catolicismo ocidental. As causas dessas tensões eram problemas teológicos, política, costumes e personalidades, cousas muito complexas para serem analisadas aqui. Iam desde disputas insignificantes, como o beber leite, ou produtos de leite, durante a quaresma até a questões se o Espírito Santo procedia do Pai e do Filho, ou do Pai unicamente; discutia-se acerca do uso de *ikons* (quadros sagrados) e imagens em devoções cristãs até à tensão política entre Roma e Constantinopla; desde o clamor de Roma quanto ao poderio papal ao poder eclesiástico absoluto. Em 1054 o papa excomungou a Igreja Oriental, mais tarde o cisma tornou terrivelmente real ao povo, quando os cruzados, nominalmente cristãos do Oeste, dizimaram seus irmãos orientais na batalha de Constantinopla em 1204.

A consciência cristã mais uma vez foi vergonhosamente ofendida por tal horrível divisão, e tentativas foram feitas para reconciliar os dois partidos. O Concílio de Lião, na França, efetuou-se em 1274 e por algum tempo parecia que a união havia sido restaurada. Mas desgraçadamente os fundamentos do acordo não foram cuidadosamente estabelecidos. Os delegados voltaram para casa para encontrar a rejeição completa dos termos com os quais em Lião haviam concordado, mas que incluía submissão à Roma e ao papa. Uma segunda tentativa foi feita em Ferrara, na Itália, em 1438 e em Florença, no mesmo país, em 1439, contudo também estas duas tentativas falharam. Assim que até o

³ Tais partidos e seus ensinamentos são descritos pelo Bispo Neill, no livro QUEM É JESUS CRISTO?, editado pelo Centro Cristão de Literatura, da Confederação Evangélica do Brasil — 1961

dia de hoje essa grande brecha ainda não foi reparada.

Neste meio tempo a própria unidade católico-romana foi enfraquecida pelos advogados, rivais do papado ou dos Concílios como autoridade suprema da Igreja. De fato pelo espaço de quase quarenta anos dois papas governaram ao mesmo tempo: um em Roma e outro em Avinhão na França, clamando cada um respectivamente ter direitos legais. O Concílio de Constança, na Suíça, em 1415 acabou com o assim chamado "cativo babilônico" da Igreja. O mesmo Concílio sentenciou João Huss da Boêmia, um dos primeiros reformadores, que antecipou a Reforma em mais de um século, a ser queimado vivo.

A Reforma do século XVI marcou o começo da nova era da Igreja Cristã. Infelizmente, mas sem qualquer possibilidade de se evitar, tal era começou com uma "reação em cadeia" de divisões dentro da Igreja. Pelo menos dez grandes denominações tiveram sua origem na Reforma.

Católicos romanos geralmente crêem que a Reforma só teve um significado: Cisma e até heresias. Mas, como já temos visto, os reformadores consideraram unidade como coisa preciosa, deplorando as divisões. Sabiam, porém, que tal unidade externa e institucional seria de pequeno valor uma vez que os líderes daquela instituição eclesiástica na época impediam a pregação do Evangelho, proibiam a leitura da Bíblia e fechavam os olhos aos pecados grosseiros do clero.

Nunca se deve afirmar que os cristãos do século XVI estavam satisfeitos e contentes com as divisões, ou que não se preocupassem com novas divisões. O desejo deles de restaurar a unidade imediatamente, na base de reforma verdadeira da Igreja, manifestou-se nas freqüentes tentativas que foram feitas para curar a separação. O maior sábio (scholar) do tempo, Erasmo de Roterdã, lutou pela reconciliação através de sua influência sobre os intelectuais da Igreja. "Nós já tivemos bastantes lutas", escreveu ele, "talvez uma exaustão absoluta possa unir-nos novamente em concórdia". Mas Erasmo falhou em entender a profundidade das divisões doutrinárias.

Na medida em que os luteranos se espalhavam pela Europa, negociações eram realizadas na esperança de restaurar acordo e unidade. Em Ratisbone (Regensburg, na Alemanha), em 1541 os principais pensadores protestantes como Calvino, Bucer e Melancton tentaram concordar com representantes do catolicismo romano sobre o significado de tais questões como a justificação pela fé, Santa Ceia e missa, e o papado. Mas tais acordos simplesmente não poderiam ser alcançados. A Igreja bem como as nações estavam naqueles dias sendo sacudidas até os seus fundamentos pela Reforma que se espalhava. Parecia haver muito pouca esperança de reconciliação. Foi quando a Igreja Romana convocou os seus dirigentes de toda a Europa para reunir-se na cidade de Trento, Itália, em 1545. Aqui começou a contra-Reforma. Os dogmas da Igreja de Roma foram definidos de tal maneira que os princípios sobre os quais o protestantismo se assentava foram totalmente excluídos. Mesmo hoje tais definições doutrinárias, base determinante do ensino católico-romano, constituem as barreiras principais para a reconciliação com os protestantes. A posição oficial da Igreja com respeito à união dos dois grupos é a de que todos os não-católicos devem submeter-se à autoridade papal e aceitar os dogmas da Igreja Católica Romana.

Tão difícil quanto restaurar a unidade com a Igreja Romana foi a tarefa de efetuar a união entre os próprios protestantes. Pela metade do século XVI havia três blocos de Igrejas Protestantes continentais: Luterana, Zwingliana e Calvinista. Além destas, havia

ainda o movimento Anabatista, que insistia somente no batismo de adultos crentes, separação completa do Estado e o pacifismo. Os líderes destes três grandes grupos procuraram acordo entre si. O ponto sobre o qual eles concordaram mais prontamente foi que os anabatistas e "pestes" semelhantes como os chamava Lutero, deviam ser perseguidos e extintos. A despeito de algum progresso eles desgraçadamente falharam no primeiro esforço e felizmente falharam no segundo.

O primeiro esforço para unir as forças das Igrejas Protestantes foi realizado em Marburg, na Alemanha, em 1529, quando Lutero se encontrou com Huldrich Zwinglio de Zurich juntamente com outros colegas. Estava presente também Martinho Bucer, de Strasburgo, muito justamente chamado "o mais zeloso expoente do ideal de união de Igrejas na sua época". Implicações políticas tanto quanto teológicas estavam na agenda quando estes alemães e suíços se encontraram. Muita concordância foi assegurada de início, mas quando chegaram ao problema da presença real de Jesus Cristo na Ceia do Senhor, Zwinglio e Lutero discordaram. Lutero acreditava que as palavras de Jesus "Isto é o meu Corpo", deveriam ser tomadas literalmente como aplicadas ao pão, ao passo que Zwinglio afirmava querer Jesus dizer "Isto significa o meu Corpo". O desacordo foi tão profundo e juntamente com seus pontos de vista opostos a respeito de táticas políticas no avanço da Reforma que eles se apartaram um do outro, tendo Lutero proferido estas trágicas palavras: "Vós sois de espírito diferente de nós".

Em atmosfera mais agradável, um acordo sobre a Ceia do Senhor foi alcançado em Wittemberg, em 1536 por Martinho Bucer e Melanchton. Nessa altura Bucer achou que não podia sustentar o acordo do sucessor de Zwinglio, Bullinger, na Suíça. A "Concordância de Wittemberg" permaneceu não obstante, como força ponderável para estabelecer a união.

João Calvino que estava liderando frutiferamente a Reforma em Genebra, Suíça, tentou realizar mediação entre Wittemberg e Zurich. Falhou com os luteranos alemães, mas teve bom êxito em conseguir ajuntar os suíços cristãos reformados no acordo denominado "Consenso de Zurich". Calvino naquela época tentou realizar um grande Concílio de protestantes europeus que pudesse, de uma vez para sempre, chegar a acordo quanto às dificuldades doutrinárias que os dividiam. O plano foi compartilhado por Thomaz Cranmer, arcebispo da Cantuária, e por Melanchton. Infelizmente nada conseguiu. Calvinismo e luteranismo endureceram-se num sistema pétreo de doutrinas e assim continuaram no século XVII. Fato digno de nota nesta época de separação foi a atitude da Igreja Reformada Francesa, em Charenton, em 1631, ao admitir luteranos à Mesa da Comunhão.

Contudo, não havia falta de pessoas que advogassem a união. O pastor luterano que usava o pseudônimo de Meldenius, cunhou em 1626 o seu famoso mote: "Em coisas necessárias, unidade; em coisas não necessárias, liberdade, e em todas as coisas, caridade". Não poderiam unir-se as Igrejas nos elementos essenciais de fé?

Ilustre teólogo alemão luterano, George Calixto, neste tempo pregava a unidade na base da fé e da prática da Igreja primitiva. Como muitos, antes e depois dele, ele procurou unidade na base das palavras antigas de Vicente de Lerins: "aquilo que tem sido crido sempre, em toda a parte e por todas as pessoas".

Grande parte do consagrado trabalho em favor da união no continente europeu foi feita no século XVII, pelo escocês João Drury. Ainda quando jovem fez voto de que dedicaria a sua vida toda à unidade cristã. Jamais falhou nessa missão nos cinquenta

anos que ainda viveu. Tentou reunir igrejas em grandes conferências para estudar o problema da união sem contudo obter bom êxito. A despeito deste e outros esforços "médicos" o recurso não pôde ser encontrado naquele tempo para curar as feridas profundas causadas pelas divisões no Corpo de Cristo. Os profetas da unidade não contaram com o apoio dos líderes e dos membros das Igrejas.

Foi na última parte do século XVI e século XVII que tempestades de divisões varreram as igrejas britânicas. Os anglicanos foram divididos entre os que procuravam sustentar a herança católica e aqueles que recentemente haviam descoberto novos valores da Reforma bíblica. A teologia calvinista e o governo presbiteriano foram **advogados (defendidos)** pelos puritanos. Os escoceses já tinham aceitado a doutrina de Calvino através do ministério de João Knox. Nesse tempo a idéia de independência baseada no governo próprio de cada congregação local foi enfatizada pelos batistas e pelos quacres que deram seu distintivo. Como geralmente acontece, estes movimentos religiosos diversos tornaram-se mesclados com forças políticas antagônicas. "É pena que a pobre e afligida Igreja de Cristo", lamentava o grande expoente da unidade britânica, Richard Baxter, "que quase todos os seus membros choram por causa das divisões e ao mesmo tempo as causam e as aumentam, mesmo enquanto falam contra elas". Com tensão entre os cristãos da Inglaterra sobre se as Igrejas deviam ter governo episcopal ou presbiteriano não foi simples disputa sobre formas alternativas de governo. Era concernente à verdadeira natureza da própria Igreja. Foi a Igreja de Cristo na sua essência verdadeira, episcopal na forma? A pergunta era importante naqueles dias e ainda o é hoje nas discussões sobre união de Igrejas. Naquela época como agora, não havia acordo completo entre os anglicanos a respeito do assunto. É sabido que os principais teólogos anglicanos e bispos do século XVII favoreceram a comunhão total com as Igrejas Reformadas da Europa. Uns poucos ministros reformados sem ordenação episcopal foram indicados para paróquias anglicanas. O piedoso bispo Lancelot Andréwes, alegremente reconheceu as Igrejas não-episcopais como Igrejas (**verdadeiras e irmãs**).

A Assembléia de Westminster em 1648, marcou vitória temporária do partido que favorecia o presbiterianismo. O episcopado foi abolido por ato do Parlamento Britânico que era então controlado por forças que se opunham à monarquia. Com a restauração do Rei em 1660, os poderosos **advogados (defensores)** do episcopado retornaram ao poder. As cousas mudaram quando, em 1662, o Ato de Uniformidade expulsou 1760 ministros presbiterianos e independentes das Igrejas, e reintroduziram ministros episcopais. Durante este tempo de crise, líderes de ambos os lados tentaram conseguir a harmonia e a unidade na Igreja da Inglaterra, mas a história mostra que uma divisão quase irreconciliável separou os dois grupos. O presbiterianismo, inevitavelmente, se tornou denominação fora da Igreja da Inglaterra.

Ainda que os caminhos destes partidos cristãos na Inglaterra divergissem, no fim do século, houve remarcada tendência para fazer convergir as relações entre Igrejas inglesas e européias continentais. Entre o Arcebispo Wake, de Cantuária, e ministros ilustres da Holanda, França, Alemanha e Suíça, foram estabelecidas comunicações freqüentes. Poucas pessoas desafiaram seriamente o direito de cristãos episcopais ou não de compartilhar a Santa Ceia em Igrejas de outros países. O pregador da corte alemã, D. E. Jablonski, procurou mesmo estabelecer no começo do oitavo século, um plano de união para todas as Igrejas Evangélicas na Prússia, plano esse baseado no episcopado a ser introduzido pelos anglicanos. E quando a Sociedade Anglicana, para promover o conhecimento cristão, desejou estender sua missão ao Sul da Índia, houve certa hesitação em providenciar sustento para dois luteranos: Ziegenbalg e Plütschau,

que tinham sido mandados àquele país pela missão dinamarquesa em 1705. Um século mais tarde a Sociedade Missionária da Igreja Anglicana também enviou ministros luteranos alemães como seus missionários.

Após tais começos promissores, o século XVIII evidenciou firme declínio no interesse para a unidade da Igreja. Contudo, no continente europeu parecia haver alguma esperança no avanço em direção à união, através do trabalho eficiente do Conde von Zinzendorf. Ainda que seus seguidores, os irmãos moravianos, se tornassem um corpo separado, o Conde foi sempre homem do mais profundo "espírito católico" (**ecumênico**) e muito fez para persuadir seus semelhantes de que a unidade cristã era mais bem servida pela oração fervorosa do que pela negociação habilidosa. A experiência comum da salvação pessoal em Cristo, deveria ser a base para a unidade.

O maior efeito do conde Zinzendorf na vida da Igreja Inglesa, ainda que indireto, foi a conversão de João Wesley, o mais importante inglês do século. Wesley foi primariamente evangelista, e evangelista incomparável. É verdade que o seu movimento metodista, ao final, levou a novo cisma a Igreja da Inglaterra; mas tal fato foi totalmente contrário à sua vontade. Wesley não reclamava para seu ensino a posse da verdade exclusiva, que para ele era simplesmente a fé cristã universal.

O século terminou com uma cena que fazia prever a vinda inter-relacionada de missão e unidade cristãs. Em 1795 a Sociedade Missionária Londrina foi constituída em base interdenominacional: "aqui estão episcopais, metodistas, presbiterianos e independentes, todos unidos em uma sociedade", declarou o orador principal no ato de fundação — "eis-nos aqui reunidos de comum acordo para realizar os funerais da intolerância".

Quando revemos a história do século XIX, do ponto de vista da unidade cristã, podemos ver que houve firme progresso na preparação para o grande movimento de união do século XX. A mão de Deus estava dirigindo as ações dos homens. Aqueles bons cristãos não tinham mais clara visão do que Deus tinha armazenado para as Igrejas, do que nós temos hoje. Contudo, eles, como nós, conheceram que o poder unitivo de Jesus Cristo tornava intoleráveis as divisões sectárias. Esta foi a hora do grande e novo impulso missionário das Igrejas Protestantes da Europa e América do Norte para com os povos da África, Ásia e Oceania. E a lição foi logo aprendida: a pouca harmonia entre a missão evangelizadora da Igreja e os cismas.

Este foi também o período quando muitas atividades interdenominacionais foram buscadas, em particular, as várias Sociedades Bíblicas e as Uniões de Escolas Dominicais.

Os cristãos descobriram que a tarefa de educar tanto quanto a de evangelizar demandam cooperação mútua.

Na Inglaterra, Escócia e América do Norte nasceu uma variedade confusa de pequenas denominações. As grandes famílias eclesiásticas presbiterianas, metodistas e luteranas, cada uma sofreu o eleito das divisões contínuas. Estas tentaram dirigir-se através de uniões numerosas de pequenas unidades. Suas próprias querelas familiares estavam sendo regularizadas antes que pudessem buscar comunicações mais íntimas com outros ramos eclesiásticos.

Em 1809 um movimento para união compreensiva tomou forma na América sob a

liderança de Thomaz Campbell. Nas palavras de sua Declaração, que soam tão modernas aos nossos ouvidos hoje, ele condenou divisões, recomendando unidade em Cristo e conclamando para o retorno à simplicidade do cristianismo novo testamentário. "Uni-vos conosco na causa comum do cristianismo simples e evangélico", afirmou ele.

Em referência à base de unidade, Campbell declarou: "Nada deve ser recebido na fé, ou culto da igreja, ou deve tornar-se termo de comunhão entre os cristãos aquilo que não for tão antigo como o Novo Testamento".

A despeito deste nobre intento, a ironia da história é que estes "Discípulos de Cristo" se tornaram em outra denominação e eles mesmos sofreram de suas próprias discórdias contínuas.

Em 1817, justamente 300 anos depois de Lutero se ter separado de Roma, as Igrejas Luteranas e Reformadas da Prússia conseguiram nova união. Nos anos que se seguiram esta espalhou-se a diversos Estados alemães e tal união persiste até os nossos dias. A verdade é que esta união foi severamente criticada por ter sido planejada e na verdade pressionada pelo rei da Prússia. Diferenças doutrinárias e litúrgicas foram ignoradas. Mesmo hoje tais forças internas não deixaram de existir: os elementos que são reformados podem ainda ser distinguidos daqueles que são luteranos. Mesmo assim a união foi assegurada. Muitos dos seus membros tentam torná-la mais forte com a devida atenção às doutrinas. Os efeitos desta ousada união foram sentidos lá longe do outro lado do Oceano Atlântico. O luteranismo havia-se instalado na Nova América, de acordo com o passado nacional dos imigrantes e poucos encorajaram relações com cristãos de outras denominações.

Mas foi do luterano, S. S. Schmucker, a voz mais forte para a união geral das Igrejas norte-americanas. Em 1839 ele publicou o seu ambicioso plano para a Igreja Protestante Apostólica, que deveria basear-se nos fundamentos de fé assegurada em comum por todos. Isto seria muito mais uma confederação de denominações existentes do que união orgânica. O plano nunca foi considerado seriamente pelas Igrejas. Contudo, fez muito para criar uma concepção dominante de unidade cristã na mente dos protestantes americanos para as décadas que estavam por vir. Esta concepção enfatizava a necessidade de reter cada denominação sua identidade dentro da federação cooperativa.

O ponto de vista firme de Schmucker foi compartilhado na Inglaterra por Angell James, e na Escócia por Thomaz Chalmers. Estes homens foram em grande parte os instrumentos para estabelecer em 1846 a Aliança Evangélica. Esta Aliança não foi organizada com vistas na união da Igreja, e sim na unidade de cristãos individualmente, a despeito de suas filiações denominacionais. Mesmo assim sua influência sobre o pensamento de um número sem conta de cristãos acerca da unidade foi imensa. Na verdade, foi a primeira organização mundial de sua espécie que continua a ser força para a unidade e evangelismo através de suas conferências e publicações.

As Igrejas da Comunhão Anglicana durante o século XIX consolidaram suas próprias igrejas locais e buscaram base para unidade com outros ramos eclesiásticos. O primeiro desenvolvimento encontrou expressão na Conferência de Lambeth, a que todos os bispos anglicanos foram convidados e que se realizou pela primeira vez em 1867. O segundo encontrou expressão em uma fórmula de unidade, assim expressa: Em que base poderiam os anglicanos considerar a possibilidade de união com os outros ramos do cristianismo? A resposta surgiu na mente do profeta episcopal da união na América, W. R.

Huntington, e ele escreveu, em 1870, que quatro pontos eram essenciais à Igreja. Estes foram formulados e mais tarde adotados pela Conferência de Lambeth em 1888 e, daí em diante, têm sido nomeados como o "Quadrilátero de Lambeth". Nenhuma discussão seria possível que envolvesse a união dos anglicanos e que ignorasse estes quatro pontos essenciais, a saber:

Primeiro — as Escrituras Sagradas tanto do Antigo como do Novo Testamento como contendo todas as cousas necessárias à salvação como regra última de fé.

Segundo — o Credo dos Apóstolos como símbolo para o batismo e o Credo Niceno como suficiente base para a fé cristã.

Terceiro — os dois sacramentos ordenados pelo próprio Senhor Jesus, batismo e Ceia do Senhor — ministrados com as imperecíveis palavras instituídas por Cristo, e com os elementos ordenados por Ele.

Quarto — o episcopado histórico localmente adaptado nos métodos de sua administração que pode variar de acordo com as necessidades das nações e povos chamados por Deus à unidade de Sua Igreja.

Enquanto isto, o movimento missionário através do mundo estava sendo abençoado com muito bom êxito. Igrejas começaram a crescer em localidade onde o nome de Cristo jamais tinha sido ouvido. Como poderia esta missão universal ser efetiva se as pessoas responsáveis por ela trabalhavam isoladas umas das outras? O missionário na Índia, William Carey, tinha sugerido, em 1806, o plano de uma Conferência Missionária Mundial. Tal sonho não se realizou até 1910. A Associação Americana Internacional de Missões Estrangeiras já havia proposto em 1838 o "princípio de cortesia" no trabalho missionário, a fim de evitar competições. Conferências largamente representativas sobre missões começaram no meado desse século. A primeira Conferência cristã da Índia se realizou em Calcutá, em 1855, e desde 1872 Conferências maiores se efetuaram com intervalo de dez anos. Encontro semelhante se verificou no Japão no mesmo ano, e na Índia em 1877.

Vozes se levantaram em protesto contra a importação de divisões denominacionais externas, juntamente com o Evangelho e propostas foram feitas visando à unidade da Igreja de Cristo, como realidade visível nas terras onde estava a Igreja crescendo em nova forma.

Na Inglaterra e na América do Norte as denominações nesse tempo consideraram tais propostas com proveito notável onde quer que estivessem em reunião com duas ou mais famílias eclesiais. Na Índia, não obstante, a primeira união importante de denominações diferentes se conseguiu em 1908, quando presbiterianos e congregacionais concordaram em viver e adorar como um só corpo chamado Igreja Unida do Sul da Índia e esta foi eventualmente uma das igrejas que vieram a formar a Igreja do Sul da Índia. Sua formação, no começo do século XX, marcou o tempo quando cento e quarenta e dois mil cristãos começaram a colheita da unidade que havia sido plantada e tratada em muitos campos do mundo, durante o século XIX.

MEIO SÉCULO DE RÁPIDO AVANÇO

A Bíblia é muitas vezes descrita como repositório dos "atos poderosos de Deus". A criação do mundo, o chamado de Abraão, o pacto estabelecido, o êxodo, a preservação dos fiéis remanescentes, a vinda (encarnação, nascimento, ensinamentos, vida, morte e ressurreição) de Jesus Cristo, a dádiva do Espírito Santo e a vida da Igreja são alguns dos principais atos poderosos de Deus. E mesmo nos tempos posteriores aos relatados na Bíblia Deus não deixou de atuar com seus atos poderosos. Podemos asseverar que o extenso movimento em favor da unidade cristã representa poderosos atos de Deus. Por conseguinte, o melhor caminho para tratar com este movimento no século XX será sempre o de respeitar tais atos poderosos como nós os conhecemos.

Os grandes momentos deste movimento foram as Conferências cristãs mundiais e periódicas que se realizaram de 1910 em diante, com delegados vindos de muitas partes do mundo. Estas Conferências devem ser conhecidas para que tenhamos base a fim de compreender a situação presente. Em si mesmas, elas foram menos importantes do que aquilo que aconteceu a pessoas que delas participaram e o que fizeram em relação a outros que receberam sua influência. Preconceitos foram abolidos. Variações doutrinárias foram explicadas e entendidas. Costumes eclesiais estranhos, ou pouco conhecidos foram apreciados de tal maneira que a diversidade na Igreja foi mais bem estimada. Tesouros tradicionais de culto foram compartilhados e a visão da Igreja no seu todo, bem como a obediência e a unidade foram asseguradas aos olhos dos fiéis que de outra forma não teria sido possível. Em tudo isto, novo clima de opiniões se estabeleceu em que suspeitas, ciúmes e rivalidades foram banidos.

Creio que deixamos claro nas páginas anteriores que as divisões da Igreja não obstante desagradáveis, como possam ser em nações chamadas cristãs como as da Europa e América do Norte, simplesmente se tornam intoleráveis em terras predominantemente não-cristãs, onde as igrejas mais novas vivem na fronteira da fé. Abundante testemunho tem sido dado pelos cristãos asiáticos que as divisões sectárias dentro do cristianismo desiludem ou amedrontam muitas pessoas que respondem favoravelmente à pregação do Evangelho. Foi esta mensagem da necessidade pela união visível que certo delegado da Ásia trouxera para a Conferência Missionária Mundial, efetuada em Edimburgo, em 1910. Nesse importante encontro onde estiveram mil e trezentos delegados, menos de vinte asiáticos participaram. Contudo, dentre os que falaram com ousadia, estava Azariah, da Índia, e Cheng Ghing-yi, da China, que foram apoiados por muitos missionários do Oeste no apelo pela unidade feito perante o plenário.

É impossível exagerar o significado da Conferência de Edimburgo. Marcou na verdade, nova era na história da Igreja. Aquilo que ocasionalmente foi desejado no passado, veio agora a tornar-se real. Tal fato foi devido tanto ao crescimento da apreciada idéia de que os cristãos em todo o mundo pertencem uns aos outros, como também ao desenvolvimento técnico que tornou possível viagens e troca de correspondência de maneira rápida.

O homem que mais do que qualquer outro pode ser indicado como o instrumento para a concretização deste ideal foi John R. Mott. É difícil pensar em qualquer homem em toda a história da Igreja, cuja vida e tipo de serviço se assemelhem aos de John Mott. Ele

foi evangelista de elevada estatura, sem contudo ser teólogo ou pensador original. Tornou-se um dos mais importantes líderes da Igreja no mundo, conservando sempre sua posição de leigo. Pertencia à Igreja Metodista Americana, mas recebeu honras elevadas da parte dos ortodoxos e de outras Igrejas em quase todos os países do mundo onde cristãos são encontrados. Sua devoção primeira foi à causa de recrutar estudantes cristãos para o serviço de Jesus Cristo. Em 1889 ele ajudou a organizar o Movimento Voluntário Estudantino, e em 1895 a Federação Mundial de Estudantes. Jamais cansou-se de andar pelo mundo desafiando os estudantes a consagrarem suas vidas ao serviço missionário, colocando dentro deles o objetivo de "evangelizar o mundo nesta geração". Desde o tempo da sua mocidade seu nome se identificou com a Associação Cristã de Moços (ACM), que ele ajudou a desenvolver-se em movimento mundial de valor incalculável, tanto para as missões cristãs como para a unidade da Igreja. Como se tais ocupações não fossem suficientes o Dr. Mott tomou a si a importante responsabilidade em 1908 de planejar a Conferência Missionária de Edimburgo. Quando se instalou a Conferência, naturalmente, foi ele escolhido o seu digno presidente.

Mott escolheu para Secretário-executivo da Conferência um jovem líder do Movimento Estudantino Cristão da Escócia, J. H. Oldham. Oldham mesmo tornou-se realmente um dos líderes indispensáveis ao movimento que veio a ser conhecido como Movimento Ecumênico. Escrevendo algumas páginas sensíveis, lembrando o passado, por ocasião da morte do Dr. Mott, em 1955, e tendo Oldham a idade de 89 anos, ele informou que a decisão do Dr. Mott de ter como propósito da Conferência de Edimburgo um comitê continuador para levar adiante as decisões tomadas, foi novo e ousado plano que teve efeito imenso sobre o movimento em favor da unidade da Igreja. Tal Comissão foi o primeiro órgão interdenominacional e internacional vindo à existência para servir às missões mundiais da Igreja. Desta Comissão saiu o Conselho Internacional de Missões, organizado em 1921.

A despeito dos meios relativamente morosos de transporte à disposição do viajante nos primeiros anos deste século, John R. Mott conseguiu visitar e voltar a visitar numerosos países asiáticos. Ele sempre se identificou pessoalmente com o pensamento e o ponto de vista dos asiáticos. O Dr. Oldham lembra que John Mott estava quase sozinho em persuadir o Comitê Preparatório para a Conferência de Edimburgo que as Igrejas da Ásia deveriam ser representadas por nativos daquela região. Foi também o responsável direto pelo estabelecimento de vários Concílios Cristãos Nacionais, aos quais ele chamou sua "primeira e maior contribuição" para o Conselho Internacional de Missões.

Se bem que a Conferência de Edimburgo estivesse primariamente preocupada com os novos problemas que se levantavam dentro do vasto trabalho missionário das Igrejas, não pôde escapar do problema relacionado que era o das divisões eclesiásticas. Concordou-se em que a Conferência não permitiria tal problema fosse discutido. Para dizer a verdade, era matéria exclusiva para a qual somente poucas mentes estavam preparadas. Uniões dentro de ramos eclesiásticos afins já eram numerosas desde algumas décadas, mas a Conferência de Edimburgo demonstrou a necessidade de se considerar o mais difícil nas relações interdenominacionais. Pela primeira vez em suas vidas muitos delegados tinham talvez enfrentado em pessoa o problema em nada teórico do escândalo das divisões perante a Mesa do Senhor. Nenhum serviço de Comunhão em conjunto foi possível.

A dor causada por tal experiência foi particularmente aguda para certo homem, o que o tornou o iniciador de nova e poderosa força no pensamento cristão. Foi Charles W.

Brent, missionário nas Filipinas e Bispo da Igreja Episcopal Americana. Levando em seu coração durante a Conferência o peso causado pelas divisões, ele, não obstante, começou a ver diante das igrejas o abrir-se de novo caminho de esperança que levaria à unidade. Que aconteceria se Conferências tais como a de Edimburgo se realizassem, pensou ele, nas quais representantes de todas as igrejas do mundo pudessem estar face a face em atitude franca, amorável e inteligente para discutir os problemas que realmente os dividem? Poderia ser Conferência destinada a considerar doutrinas, crenças, confissões, — Fé — tanto quanto política, organização e ministério — Ordem. Com tal idéia em mente, ele orou, pedindo que Deus o orientasse.

Sua própria Igreja respondeu favoravelmente ao plano que ele descreveu, a despeito de ser revolucionário e ter recebido oposição de muitos. Os discípulos de Cristo e os congregacionais na América do Norte também deram sua adesão. Um célebre leigo episcopal, Robert Gardiner, foi indicado Secretário pela sua Igreja para a nova Comissão de Fé e Ordem, e até à sua morte, em 1926, ele prestou admirável e esforçado trabalho, ao mesmo tempo humilde, a esta nova causa. Aquele movimento que envolvia teólogos de renome e pastores do mundo, e que deveria depender da sabedoria e da energia de um leigo, deve ser comparada à posição similar de Mott. Quantas preparações foram realizadas para a primeira Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, e quantas aventuras e histórias fascinantes? Robert Gardiner correspondeu com muitos milhares de cristãos ao redor do mundo. Nem mesmo a guerra de 1914 a 1918 conseguiu atrasar ou diminuir o seu trabalho. Quando a paz foi assinada, uma delegação viajou através da Europa oriental para conseguir o apoio dos líderes da Igreja Ortodoxa. Até mesmo Roma a delegação visitara onde deixou com o Papa o convite para enviar representantes. Convite de que polidamente se eximiu.

O primeiro encontro com tal representação universal celebrou-se em Genebra, em 1920. Para ser franco, não foi tão completamente representativo como se esperava, comparando-se às Conferências hodiernas. Das setenta igrejas envolvidas na Conferência, a grande maioria era da Europa e da América. A Ásia (com uma só exceção, um japonês) foi representada por missionários não-asiáticos. Do Norte da África vieram só três padres ortodoxos e da África tropical nenhuma pessoa tomou parte nesse encontro. Aparentemente o tempo ainda não havia chegado quando as "igrejas novas" desempenhariam o seu papel. Sob a orientação do Bispo Brent o grupo traçou planos para a esperada e antecipada Conferência, mas sete anos mais de preparação foram requeridos antes que cerca de quatrocentos delegados de cento e oito Igrejas se reunissem em Lausana, Suíça, em agosto de 1927.

Porventura teve como objetivo a Conferência fazer planos para união antecipada de igrejas divididas? Muitos pensaram assim, mas sucedeu o contrário. Pessoas impetuosas e zelosas em favor da união orgânica pelos processos mais fáceis e mais rápidos, tiveram de aceitar a limitação imposta pela discussão de tema geral de doutrina, credo, ministério, sacramento e o significado teológico da natureza da Igreja. Como outras Conferências Ecumênicas que hão de vir no futuro, eles tiveram de aprender a lição básica de uma discussão responsável: como combinar o zelo que tinham pela união com a precaução e o senso de tempo exato e necessário para pressionar as decisões.

O bispo de Bombaim, na Índia, E. J. Palmer, que era nessa época a figura pioneira nas negociações que levavam à formação da Igreja do Sul da Índia, balançava sua grande barba e admoestava: "Isto é Conferência acerca da verdade e não acerca de uniões. Nós estamos integrados nela porque desejamos a unidade visível da Igreja de Cristo na terra. Nosso desacordo com referência à verdade é considerado por muitos para

justificar nossa desunião. Se eles agem assim ou não, um acordo a respeito da verdade seria um dos fundamentos mais firmes para se alcançar a desejada união”.

Em contraste com os que queriam apressar a união, os delegados ortodoxos, que vieram em grande número, estavam em estado de tensão. Sentiram que as referências feitas em relatórios a respeito da união das Igrejas eram injustificadas e imprudentes, e, assim, em Lausana, como em outras Conferências subseqüentes, os ortodoxos sentiram-se compelidos, por causa do ensino de sua Igreja, a escrever uma declaração de que se abstinham parcialmente de votar alguns relatórios principais. Esta primeira experiência de desapontamento causou o derramamento de lágrimas por parte de muitos delegados.

O relatório final da Conferência insiste em que "não se tentou enfaticamente definir as condições de uma união futura". Assim agindo, estabeleceu-se uma espécie de neutralidade *em princípio* para com os esquemas específicos de união que desde aí tem sido o esquema seguido pela Comissão de Fé e Ordem e o Conselho Mundial de Igrejas.

Ao mesmo tempo o relatório mostrou que problemas concretos de união de igrejas não podem ser simplesmente ignorados. Asseverou, por exemplo, um princípio que tem sido desde esse tempo o guia em negociações de tal natureza: "Na ordem da vida de uma Igreja unida, os elementos de sistema de governo episcopal, presbiteriano e congregacional devem ter lugar apropriado". Não obstante a posição oficial neutra da Conferência, profetas da unidade individualmente tiveram o ensejo de falar em favor de sua tese. Mais uma vez foi o Bispo anglicano Azariah, de Dornakal, na Índia, que expressou o pensamento de muitos cristãos indianos afirmando: "Pelas nossas divisões nós não somente gastamos nossos recursos como também diminuimos a eficiência positiva da Igreja em favor da justiça e da pureza em terras não-cristãs..." A sua palavra continua: "Não desejamos que qualquer igreja absorva as outras e não pedimos a quem quer que seja que negue a sua herança espiritual, porque não podemos exigir quebra de amizade entre qualquer destas Igrejas com as Igrejas da Europa ou da América que as plantaram nessas terras, *mas nós devemos ter uma Igreja*. Queremos uma Igreja da Índia, uma Igreja que possa ser o nosso lar espiritual, onde os gênios religiosos (*espiritualidade*) indianos possam encontrar expressão natural ou seja um ramo vivo da Igreja Santa, Católica (*universal, mundial*) e Apostólica." Em 1945 o Bispo Azariah "morreu na fé, sem ter contudo alcançado o que lhe fora prometido". Vinte anos e um mês depois de ter ele feito o discurso acima referido, a Igreja do Sul da Índia começou a existir como resultado de uniões.

O sonho do Bispo Brent, contudo, se realizou e sua "promessa" foi recebida quando em 1929 ele faleceu. Por estranha coincidência, o seu fim chegou quando estava justamente passando pela cidade de Lausane e ali foi ele sepultado. Desde aquela época o manto de liderança passou a outro homem extraordinário, o qual Deus preparou para esta tarefa, que foi William Temple, Arcebispo da Cantuária. Em Lausane a necessidade de continuar o estudo profundo daquelas cousas que dividiam os cristãos tornou-se realidade. Tais estudos pertencem principalmente ao campo da teologia. Muitos cristãos são contra a teologia e a doutrina porque estas, dizem eles, só causam divisão. Doutrina divide, serviço une!

Era convicção dos líderes de outro movimento paralelo cristão, que a unidade viria de maneira melhor e, talvez só assim viria, através da cooperação das Igrejas no campo da tensão racial, justiça econômica e paz internacional. Para tão grande tarefa foi convocada a Conferência sobre Vida e Trabalho que já se reunira em 1925 em Estocolmo, dirigida pelo seu dinâmico líder, o Arcebispo Soderblom, da Suécia. Entre os

dois movimentos, houve uma espécie de rivalidade. Os participantes dos dois movimentos deveriam logo entender que os problemas teológicos não podem ser tão facilmente divorciados do resto da tarefa da Igreja. Os dois movimentos acima mencionados decidiram ter a segunda Conferência na Inglaterra, em Edimburgo e Oxford, respectivamente, em 1937.

William Temple foi um dos poucos delegados à Conferência de Edimburgo em 1937, que havia estado presente (como diácono) na Conferência ali realizada em 1910. Quão diferente a atmosfera deste encontro agora! Em vez daquela estranha e formal atitude do primeiro encontro e das freqüentes dúvidas acerca do resultado de tal Conferência, havia agora, vinte e sete anos mais tarde, familiaridade e confiança. Muitos dos delegados tinham trabalhado juntos em reuniões anteriores. A importância de tais amizades pessoais transcendendo linhas confessionais, não deve ser negligenciada. "O bom êxito de doutrinas e idéias depende também do comportamento de pessoas que sustentam tais doutrinas e idéias", assinalou certo secretário de missões.

A tendência de ter proporção maior e mais favorável de delegados de "igrejas jovens" foi também notável, não suficientemente forte, porém. Cerca de quinhentas pessoas participaram da Conferência. Da China, do Japão, e da Índia vieram vinte e cinco delegados, mas somente dez dentre eles eram nativos daqueles países. O resto era ocidental como todos os demais que representavam as Igrejas da África.

Estes muitos teólogos e líderes de igrejas trataram conscienciosamente dos problemas difíceis colocados diante deles. Como poderiam reconciliar as divisões profundas, causadas por diferenças no que se refere à autoridade das Sagradas Escrituras, ministros, sacramentos, significado da graça divina e a comunhão dos santos? Para a maior parte tudo estaria bem se eles pudessem chegar a um entendimento mútuo e claro do que as várias Igrejas ensinam e crêem, mas isto não era tão fácil como se pode imaginar. Por exemplo, um batista pode estudar o Livro de Oração Comum e os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra, mas como pode ele realmente entender o que pensa um anglicano e como ora de acordo com a sua fé? Ou, como vê honestamente um anglicano o próprio batismo? Todas as nossas denominações desenvolveram através dos séculos, não somente sistemas de doutrinas e cultos, mas também atitudes e sentimentos distintos, bem como preconceitos que são quase impenetráveis por alguém de outra Igreja. Assim, o relatório de Edimburgo consiste inevitavelmente, de algumas boas declarações acerca de doutrinas e práticas sobre as quais havia acordo ou desacordo, sendo incapaz de penetrar fundo no seu significado para a vida e a unidade da Igreja.

Não obstante o reconhecimento da unidade da Igreja como algo real, dado por Deus em Cristo, a despeito de divisões denominacionais, foi reconhecida mais do que antes. Como o Arcebispo Temple expressou em seu sermão no culto de abertura: "Jamais nos esqueçamos de que o propósito de nosso encontro é considerar as causas de nossas divisões, mas aquilo que torna possível nosso encontro é nossa unidade. Não poderemos buscar união, se já não possuímos unidade. Aqueles que nada têm em comum não deplorarão o fato de serem estranhos. Mas, visto que somos um em aliança com nosso Senhor, buscamos e esperamos o caminho da manifestação da unidade em nosso testemunho de Cristo diante do mundo".

É necessário apontar que a despeito de muitas profissões de fé sinceras em favor da unidade em Cristo da parte dos delegados à Conferência de Edimburgo, as cento e vinte e três Igrejas separadas não se sentiram ligadas umas às outras por decisão oficial. Nem tão pouco os que estiveram em Oxford, no mesmo ano, na Conferência sobre Vida e

Trabalho. Contudo, nestes dois encontros, decisões importantes e duradouras foram tomadas. Concordaram todos em expressar juntos a possibilidade de formar o Conselho Mundial de Igrejas. Era esperança de que tal Conselho pudesse reunir o trabalho feito pelos dois movimentos e também constituir uma agência consultiva e de cooperação, a qual todos os membros pudessem referir-se. Isto seria inovação, alguma coisa especial e única em toda a história do cristianismo. Não seria de forma alguma um corpo legislativo, pois cada Igreja manteria a sua completa soberania e independência. Simplesmente providenciaria um fórum para estudos comuns, bem como um canal comum de atividades para realizar o trabalho das Igrejas em todo o mundo. Inevitavelmente traria as Igrejas em contacto tão íntimo que as suas divisões gritariam cada vez mais alto por cura.

Em 1938, em Utrecht, na Holanda, uma Conferência foi convocada para estabelecer o fundamento sólido para o Conselho Mundial de Igrejas. O trabalho principal foi feito pelo Arcebispo Temple, J. H. Oldham e dois distintos pastores americanos, William Adams Brown e Samuel McC Cavert. Decidiram eles que a condição de membresia no Conselho Mundial por parte das Igrejas seria: "Aceitar nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador". Tornou-se claro que isto seria um Conselho de Igrejas *de Cristo*. Não incluiria corpos religiosos que não confessassem a Cristo.

Que dizer agora a respeito da terceira grande corrente neste medrançoso Movimento Ecumênico, o Concílio Internacional de Missões (CIM)? Deveria ser excluído? Desde a sua fundação, em 1921, o Concílio Internacional de Missões aumentou grandemente a sua força e eficiência. Tornou-se organização de alcance mundial que conseguiu reunir em consultas e cooperação, Sociedades Missionárias e *Boards* de Missões de muitos países, ao mesmo tempo que os Concílios Cristãos Nacionais e outras organizações semelhantes nas igrejas chamadas novas. Realizou também séries significantes de Conferências, continuando assim o que começou em Edimburgo, em 1910. Em 1928, na Cidade Santa de Jerusalém, o segundo grande encontro foi realizado e dez anos mais tarde, o terceiro, que foi convocado para Tambaram, perto de Madrasta, na Índia.

Agora não havia qualquer problema quanto à representação de líderes de "igrejas novas" no Concílio Internacional de Missões. Em Tambaram os representantes de tais igrejas chegaram a 50%. Desta vez os dirigentes do Concílio Internacional de Missões consideraram e aceitaram com alegria os planos realizados no mesmo ano pelo Comitê Provisional para o Conselho Mundial de Igrejas. Nenhuma decisão positiva foi tomada no sentido de tornar o Concílio Internacional de Missões parte na formação do novo Conselho. Duas principais características do Concílio Internacional de Missões tornaram excessivamente difícil alcançar tal decisão: Primeiro, o Concílio Internacional de Missões não era de Igrejas, mas de Conferências de Sociedades Missionárias e Concílios cristãos. Segundo, havia entre os seus membros representados, número considerável de grupos cristãos que não olhavam favoravelmente os movimentos de Fé e Ordem e Vida e Trabalho. O trabalho essencial do Concílio Internacional de Missões, sentiram, poderia ser mais bem realizado se eles permanecessem independentes. A despeito de tudo isto, uma ponte foi formada quando uma Junta foi estabelecida para unir as duas Organizações, tendo William Paton, do Concílio Internacional de Missões autorizado a dar parte do seu tempo ao Conselho Mundial.

O Comitê Provisional decidiu que o Conselho Mundial deveria ser formalmente constituído em grande assembléia, em 1941. Mas quando esta decisão foi tomada, tornou-se claro para algumas pessoas que a 2.^a horrível guerra mundial estava para começar. A guerra exilou os alemães com as igrejas episcopais orientais dos outros com

os quais eles tinham comunhão, causando ao mesmo tempo tensão perigosa dentro das igrejas de certas terras, enfraquecendo sua eficiência. Nunca em tempos modernos foi tão grande a necessidade para verdadeira unidade cristã. Graças a Deus o espírito de unidade não somente foi mantido, mas também fortalecido. Um dos grandes heróis do tempo, aquele inamovível oponente do regime nazista, o Bispo Berggrav, de Oslo, na Noruega, declarou: "Neste último ano temos vivido mais intimamente uns com os outros do que em tempos quando podíamos estabelecer fácil comunicação entre nós. Nós oramos juntos mais vezes, ouvimos muito mais a Palavra de Deus, e os nossos corações estão mais unidos".

A frágil estrutura do novo Conselho não caiu; mas tornou-se mais firme. Ao terminar a guerra em 1945, as igrejas enviaram seus representantes para levar adiante a tarefa de formar o Conselho.

Os planos para a primeira Assembléia foram estabelecidos e convites formais foram enviados aos oficiais das Igrejas ao redor do mundo, para que se tornassem membros. Cento e quarenta e sete destes responderam e enviaram quinhentas e oitenta e nove pessoas à cidade de Amsterdam, na Holanda, em agosto de 1948. Reunidos para adorar a Deus e trazendo em suas vestes todas as diversidades de nações, cultura e confissões, ouviram o Dr. John R. Mott, com 83 anos de idade, falar como era o seu hábito, falar das oportunidades futuras, antes que das conquistas passadas. O Rev. D. T. Niles, pregou o sermão de abertura dizendo: "O testemunho cristão não reconhece barreiras, nem permite parcialidades". Na abertura da sessão de negócios, o benévolo e digno Pastor Marc Boegner, da França, propôs se declarasse ter passado a existir o Conselho Mundial de Igrejas. Ao voto unânime seguem-se os aplausos e, depois, a oração reverente, feita pelo Arcebispo da Cantuária.

Que é este Conselho Mundial que começou a existir? A esta pergunta não é tão simples responder, como talvez se imagine.

É por acaso mais uma organização inter-eclésiástica com o fim de realizar mais efetivamente aquilo que as igrejas teriam de fazer sozinhas? O programa sem precedente de socorro e serviço aos refugiados, estabelecido pelo Conselho mostra que é assim. Mas é muito mais.

É um Conselho para estudos comuns e discussão de questões de importância teológica e social? Tem sido provado que assim é. Contudo, ainda é mais do que isto.

Ao contrário de todas as outras organizações o Conselho tem referência imediata ao significado da própria Igreja e a sua unidade. As palavras da Mensagem da Assembléia de Amsterdam que, de maneira não planejada, se tornou uma espécie de mito popular, disse: "Nós desejamos estar juntos. Nós, as cento e quarenta igrejas distintas entendemos conservarmo-nos unidas umas às outras". Esta é a afirmação que tem sido fortalecida na vida do Conselho ano após ano, e que constitui exemplo único na história.

Depois de tomar este passo realmente ousado, em 1948 as Igrejas sentiram um sentido novo de urgência em sua obrigação de vencer divisões antigas existentes no meio delas. O Movimento de Fé e Ordem depois da Assembléia de Amsterdam tornou-se a Comissão de Fé e Ordem do Conselho Mundial. A sua tarefa peculiar foi definida da seguinte maneira: "Proclamar a unidade essencial da Igreja de Cristo e conservar distintamente dentro do Conselho Mundial e das Igrejas a obrigação de manifestar aquela

unidade e sua urgência para a obra de evangelização". Para cumprir esta função preliminar as pessoas envolvidas no trabalho da Comissão puseram-se a estudar em conjunto as causas de divisões e os caminhos da unidade, levando em conta a obra realizada pelas próprias Igrejas na busca de comunhão mais íntima ou de união orgânica. A terceira Conferência mundial sobre Fé e Ordem efetuou-se em 1952, em Lund, na Suécia, onde o presidente da Comissão, o Bispo Y. T. Brilioth, de Upsália, Suécia, atuou como hospedeiro e presidente. Não mais confundidos pela novidade de tal encontro como cristãos de muitas terras e de muitas igrejas, os delegados trabalharam duramente nas três principais áreas de discussão. Nenhuma destas pode ser legitimamente negligenciada por aqueles que tomam a sério as divisões e desejam ardentemente a unidade.

A primeira foi sobre a Natureza da Igreja. Esta é uma pergunta antiga que, a despeito dos anos de estudo e de reflexão, sempre parece nova: Que é essencial à Igreja, de acordo com a vontade de Deus? Existem várias aproximações da "plenitude" da Igreja, representadas pelas diferentes confissões, de modo que alguém possa dizer "aqui há mais e ali há menos da igreja?" O significado da Igreja depende da comunhão amável entre pessoas ou se assenta sobre a estrutura ministerial e eclesiástica, ou ainda depende da maneira como o Evangelho é proclamado? Em Lund foi encontrada não a solução para estes problemas perenes, mas certa nova maneira de encará-los, que é a maneira mesmo de Jesus Cristo como Senhor e vida da Igreja. Concordou-se em que muitas das nossas divergências mais profundas na compreensão da Igreja são devidas ao desacordo em referência à Pessoa e à obra salvadora de Jesus Cristo. "Deixemos de lado por agora as causas convencionais de divisões e estejamos *juntos* em *amor* para considerar de novo o significado de nosso Senhor e Sua Igreja".

A Conferência também considerou alguns aspectos difíceis em relação às distintas maneiras de culto, no que serve de barreiras à unidade. É justamente neste aspecto, dizia um relatório, "que a desunião se torna explícita e o senso de separação mais agudo". Ao mesmo tempo é testemunho da maioria dos delegados às Conferências Ecumênicas que o senso da união em Cristo vem por excelência durante os períodos de culto em comum, não obstante possa a liturgia ser estranha ou mesmo feita em língua desconhecida. Não somente em Conferências, mas também nas relações normais com as congregações de outras tradições eclesiásticas mas na mesma localidade, os cristãos têm geralmente a oportunidade de experimentar por um lado estranheza, e por outro a atração das diversas formas de culto. É através desse ato de adoração que o Deus que é adorado efetua a união do Seu Povo dividido.

Finalmente, a Conferência de Lund procurou trazer ordem à discussão confusa do problema chamado de intercomunhão. Não é a mais embaraçosa situação imaginável, que a Comunhão Santa, muitas vezes chamada sacramento da unidade em Cristo, precisamente o ato em que as nossas divisões mais duramente se evidenciam? A Conferência teve bom êxito somente em expor os vários pontos de vista com respeito a esta pergunta e em dar definições aos termos usados para descrever as diferentes espécies de relações que as igrejas têm estabelecido. Deve-se admitir que ligeiro progresso foi feito em direção ao consenso sobre as condições recorridas para a participação na Mesa do Senhor.

A mensagem da Conferência foi, contudo, positiva e houve menos relutância do que nas conferências anteriores para desafiar as igrejas para que atuem de acordo com as suas freqüentes afirmações de amor e unidade. "Não deveriam nossas Igrejas perguntar a si mesmas se estariam mostrando suficiente desejo para entrar em

conversação com outras igrejas, e se não deveriam atuar juntas em todos os campos, exceto naqueles em que diferenças profundas de convicção as impelem a atuar separadamente?" D. T. Niles observou rijamente (**energicamente**) que o caso mais comum entre as Igrejas é fazer todas as cousas separadamente, exceto aquelas que o Mundo demanda que elas façam juntas. Tal não é obediência cristã.

Não somente as divisões da Igreja, mas sua negligência no campo missionário foi exposta em Lund, à luz do propósito divino. A essa luz a interdependência da unidade em missão e da missão em unidade foi desafiada. O Conselho Internacional de Missões teve em 1947 encontro importante na pequena cidade canadense de Whitby, e uma das declarações proféticas dessa Conferência dizia: "Onde quer que a devoção aos padrões denominacionais ou locais se interponha no caminho para maior resposta ao chamado de Cristo, deve ser transcendida."

Desde 1948 tem havido de fato relações muito íntimas, onde quer que o Conselho Mundial de Igrejas esteve "em associação com o Conselho Internacional de Missões". Tal associação tem feito muito por conservar vivas as questões sobre evangelismo e missão no Conselho Mundial de Igrejas, e tem servido para encorajar os que participam do Concílio Internacional de Missões a enfrentar diretamente as conseqüências resultantes das divisões eclesiásticas, visando a missão cristã como um todo. Ano após ano esta associação tem trazido estes dois organismos para mais perto um do outro numerosos campos. Um sinal significativo de seu propósito comum tornou-se claro em 1952. Em Lund, os homens do Movimento sobre Fé e Ordem falaram incessantemente de evangelização. Na Conferência do Conselho Internacional de Missões, realizada em Willingen, na Alemanha, todos aqueles que estavam preocupados primariamente com a obra missionária pediam aos membros do Concílio (CIM) que dessem mais atenção ao problema urgente da unidade cristã.

Para concluir esta quadra de meio século de desenvolvimento importante em direção à unidade cristã, olhemos rapidamente para a segunda Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, realizada em Evanston, nos Estados Unidos da América, em 1954. Foi primeiro de tudo ocasião importante para mostrar a vitalidade do Conselho, após os seus primeiros seis anos de existência. Alguns duvidavam que houvesse tanto interesse como houve em Amsterdam, em 1948, quando a excitação atingiu o auge por causa do significado histórico e novo do acontecimento. Tais dúvidas foram dissipadas em Evanston, quando o entusiasmo não somente de cristãos americanos, mas de visitantes de todo o mundo foi ainda maior. Tal entusiasmo combinou-se muito bem com a seriedade de propósito. Nos grupos de estudo os delegados trabalharam juntos, e juntos lutaram, vendo as implicações para a vida diária da fé, em torno do tema: "Cristo, a Esperança do Mundo". Seis áreas específicas de estudo foram estabelecidas: Fé e Ordem, Evangelização, Tensões raciais e éticas, Relações Internacionais e Vocaçao laica. Neste campo trabalharam todos, procurando conhecer melhor a vontade de Cristo. Deram especial atenção a estes assuntos por causa dos dois fatores de importância monumental: a surpreendente mudança social rápida e as revoluções políticas na África e Ásia, desde 1945, bem como a luta temerosa entre o comunismo e a democracia no mundo em geral. Não houve aí a menor preocupação em referência à representação adequada por parte das Igrejas da Ásia e África. Seus delegados estavam presentes e foram cuidadosamente ouvidos. Jamais os cristãos evangélicos do mundo demonstraram igual solidariedade, a despeito das forças políticas que os pressionavam. Relembrando que Jesus Cristo em seu chamado ao discipulado impõe a obrigação de cada um negar-se a si mesmo, os delegados tiveram pouca paciência com a maneira macia de falar à medida que escreveram seus relatórios. Tão pouco havia

superficialidade nas palavras que a Assembléia enviou às congregações de mais de cento e sessenta Igrejas ao redor do mundo: "Somente na cruz de Cristo onde os homens se conhecem como pecadores perdoados podem estar unidos, e aqueles que sabem que Cristo ressuscitou devem ter a coragem de esperar novo poder para quebrar toda e qualquer barreira humana".

IGREJAS TORNAM-SE O QUE SÃO – UNA

Quando o apóstolo Paulo escreveu, aos cristãos contenciosos da Igreja de Corinto, "Vós sois o corpo de Cristo", não os estava elogiando com a implicação de que eles estavam vivendo de acordo com o chamado. Eles eram o Corpo de Cristo e deviam cotidianamente lutar por *tornar-se* Corpo. Isso acontece com os cristãos divididos em grupos e blocos em nossos dias. Eles estão em uma Igreja, mas devem ainda *tornar-se* Uma Igreja. A unidade em Cristo já foi dada. É presente a despeito das divisões que causam obstáculo e obscurecimento. Como cristãos fiéis e obedientes somos chamados a tornar visível aquela unidade, experimentando viver juntos, como irmãos no amor de Cristo.

A longa história de movimento em prol da unidade da Igreja, como temos visto, torna-se mais bem conhecida do que nunca. Felizmente a maioria dos cristãos tem alguma idéia da existência e do significado do Conselho Mundial de Igrejas (CMI); mas o problema que os preocupa constantemente é: Como poderá realmente este Movimento levar as Igrejas à unidade? Não são as barreiras denominacionais tão rígidas e intransponíveis como antes? Muitos cristãos existem — e em grande número — que são inteiramente indiferentes ao escândalo das divisões e muito pouco interesse têm na cura desse mal. Mas há também, grande número daqueles que estão extremamente impacientes com as denominações separadas e as facções dentro da Igreja. Tais pessoas pensam que os teólogos e os líderes da Igreja são cautelosos demais em procurar completa união. Eles estão impacientes esperando que as igrejas se reúnam a trabalhar pela união, isto é, para que se tornem o que elas são. Existem contudo, duas espécies de impaciência, e os cristãos zelosos que são chamados para atingir imediatamente os fins desejáveis, nem sempre vêem as diferenças existentes entre as duas.

A primeira espécie de impaciência é irresponsável e condenável, não obstante digna em suas intenções. Passemos por cima desta questão aborrecida de Fé e Ordem, muitas vezes se tem dito. Que importa que os anglicanos se preocupem com o episcopado, e os batistas com o batismo de adultos? A unidade é a coisa mais importante! Bem, como chamaremos a nova Igreja?

A segunda espécie não é menos sincera: reconhece que as divisões não são arranhões superficiais da pele, mas feridas profundas na carne que demandam muito tempo a cura de querelas antigas e incompreensão existentes no seio das Igrejas. O passo recomendado para conseguir a união o mais depressa possível envolveria não somente desrespeito pela verdade do Evangelho, mas também falta de cuidado e falta de amor para com o irmão mais fraco. Feridas mal curadas deixam cicatrizes muito visíveis, e união consumada antes do devido tempo e circunstância, causa ainda mais ressentimento e talvez outra divisão.

Com esta observação devemos agora dar atenção ao fato pouco conhecido acerca das uniões neste século presente. Já tantas uniões se realizaram de Igrejas divididas, que somente poucas pessoas podem seguir-lhe as pegadas. Contando todas aquelas que se uniram completamente, junto com as federações e acordo oficial sobre intercomunhão, encontramos neste número, cerca de cinqüenta. Igualmente significativa é o fato de que,

no momento presente (**ano de 1958, data em que o autor escreveu**) mais de trinta e cinco negociações oficiais estão em progresso nas diversas Igrejas. Muitas destas questões necessitam melhor estudo, porque apontam o caminho que leva à solução de problemas importantes e variados sobre os quais muitos cristãos ainda permanecem divididos.

Uniões levadas a efeito desde 1910

Quarenta vezes em quarenta e sete anos tivemos formalidades solenes e alegres, sempre dentro do espírito de adoração em que duas ou mais Igrejas se uniram. Em vinte e três destas ocasiões a união se deu entre denominações que pertenciam à mesma família confessional, e em grande parte tal união em família não envolvera diferenças doutrinárias de grande importância. Não obstante as divisões existentes entre as Igrejas antes da união, foram muitas vezes tão profundas e longas como as divisões entre Igrejas de confissões separadas, que foram causadas por pontos de contenda não sobre doutrinas, mas sobre política, economia e psicologia. Por exemplo, *Igrejas Luteranas na América* geralmente permaneceram separadas de acordo com costumes e línguas dos países europeus de onde vieram seus membros. Seus filhos e netos, contudo, sentiram-se mais americanos e menos alemães, noruegueses e suecos. Eles têm procurado e ainda procuram a unidade dos luteranos na América. Quando a Igreja da Escócia e a Igreja Unida Livre da Escócia se tornaram um só corpo em 1929, terminaram com grande número de amargas divisões que começaram no século XVIII, sendo a causa central da divisão as relações entre Igreja e Estado. Outras tradições e práticas separadas desenvolveram-se, mantidas naturalmente pela tenacidade dos elementos mais conservadores. Estas cousas não eram imutáveis e, quando a Igreja da Escócia, em 1921, acabou com a sua aliança com o Estado, a dificuldade que impedia a união diminuiu grandemente.

Com os *metodistas americanos* dois fatores decisivos podem mencionar-se: um foi o poder dado aos bispos e um grupo da chamada Igreja Metodista Protestante desejava mais liberdade para os leigos, e assim veio a separar-se em 1830. Mais tarde, em 1845, o problema da escravidão negra, dividiu a maior denominação metodista em duas, a Igreja Metodista do Sul e a do Norte. Depois da emancipação dos escravos por Abraão Lincoln, a lembrança da guerra e a das diferenças de atitude em referência aos negros tanto em o Norte como no Sul, mantiveram os metodistas separados. Muitos anos de reconciliação foram necessários antes que os três ramos metodistas se unissem novamente em 1939 na Igreja Metodista Unida. A questão da completa integração dos negros e brancos, contudo, recebeu avanço promissor em 1956. A legislação feita pela Conferência Geral Metodista preparou o caminho para a abolição das divisões raciais.

Em dezessete cultos solenes de união desde 1910, vieram à existência novas igrejas constituídas de duas ou mais denominações pertencentes a confissões diferentes e a famílias denominacionais. Estas são naturalmente mais interessantes, ainda que nem sempre mais importantes do que as primeiras mencionadas. As denominações envolvidas foram: anglicana, batista, congregacional, discípulos de Cristo, metodista, presbiteriana, irmãos unidos, e de todas estas, os presbiterianos (reformados) foram os mais ativos. A primeira grande união deste tipo ocorreu neste período, vindo a existir a *Igreja Unida do Canadá*. Nas vastas e pouco populosas regiões do Canadá, simplesmente não havia qualquer possibilidade de saber de acordo com as preferências denominacionais aos pioneiros que se estabeleceram nas grandes planícies. Em outros lugares, em pequenas vilas, havia mais igrejas separadas do que elas podiam suportar. Esta dificuldade óbvia fez que se visse a urgência de atividade por parte de todos aqueles que crêem que a

Igreja deve ser uma, na base estritamente teológica. No começo do século XIX, imigrantes que vieram quase exclusivamente da Inglaterra, trouxeram com eles um número confuso de pequenos partidos dentro de três largas tradições: congregacionais, metodistas e presbiterianos. Já no fim daquele século, perto de vinte ramos separados tinham sido reduzidos por uniões familiares a somente três. Em 1902 a união foi proposta pelos metodistas e logo aceita em princípio pelos outros dois grupos, se bem que o caminho que levaria finalmente à união não fosse fácil. Primeiro um plano devia ser preparado que haveria de prever a forma de governo que satisfizesse a estes três grandes grupos, felizmente realizado com bom êxito. Depois uma confissão de fé comum foi exigida e as negociações eventualmente chegaram a certo acordo sobre cerca de vinte básicos artigos de fé. Desde que os ministros destas três denominações eram mutuamente aceitos, o único problema que restava era o de organização. Neste ponto certos presbiterianos começaram a trabalhar diligentemente, a fim de frustrar a união. Não estavam satisfeitos com a integridade doutrinária de congregacionais e metodistas, nem com a confissão de fé comum que foi proposta. Talvez seja verdade dizer que o sentido de solidariedade como escoceses desempenhou o seu papel tanto quanto os fatores sociológicos. E mais: eles desafiaram o direito legal da Assembléia Geral da Igreja de resolver em nome das congregações, com vista à união. Tais oponentes representavam 1/3 dos membros presbiterianos e 1/6 das congregações. Foi uma decisão amarga quando a maioria tomou a decisão de realizar a união com as outras duas igrejas, a custo da divisão do seu próprio grupo. Mas assim o fizeram e a Igreja Unida do Canadá começou a existir, em 1925. Os demais presbiterianos continuam a existir até o presente, mas as relações entre as duas igrejas tornaram-se, dia a dia, mais amigáveis.

Em muitas destas uniões de igrejas, alguns elementos têm preferido permanecer separados, continuando como eram. Qualquer que seja a razão para tal atitude, doutrinária, política ou racial, tais cousas têm vindo a público, porque geralmente iniciam processo legal para conservar a propriedade da igreja, que de outra forma, seria reclamada pela nova igreja unida. Esta é uma situação dolorosa que Paulo condenou em Corinto (I Co 6.6) e que envergonha a Igreja de Cristo diante dos não-cristãos. Experiências amargas desta espécie no passado estão ensinando no presente que a união da igreja deve ser examinada muito cuidadosamente em matéria de posição legal e título de propriedade. O que é mais importante é que estes se tornam menos desejosos de concluir união, uma vez que haja minoria descontente que, mediante razões de fé ou de consciência (mas não de malícia ou avaréza) deseje permanecer separada. Há certo gracejo de um homem a quem se perguntou sobre quantas igrejas existiam na vila onde ele vivia; ele respondeu: "Nós tínhamos quatro", senhor, "mas houve uma união de igrejas e agora nós temos cinco". Infelizmente o faceto desta história desaparece quando sentimos que tal cousa atualmente acontece de fato.

Debaixo de circunstâncias muito especiais, oito principais denominações foram unidas no Japão, em 1941. Formou-se a Kyodan, ou a *Igreja de Cristo no Japão* na sua primeira forma. As palavras "foram unidas" são usadas muito literalmente porque a iniciativa foi tomada pelo Governo japonês. Especialmente durante os anos desesperados da guerra, o Governo não desejou ter preocupações em tratar independentemente com pequenos grupos de cristãos, e por isso nenhuma alternativa foi oferecida aos cristãos, exceto unirem-se. Alguns tomaram parte na união com alegria e esperança de que ela haveria de continuar. Outros entraram com ressentimentos, também com esperança de se tornarem independentes outra vez. Outros (como é o caso da maioria dos anglicanos) não tomaram parte na união, e a igreja deles foi legalmente dissolvida. Não podemos penetrar fundo nos pensamentos e motivos destes cristãos.

Muitos admitiam que a união estava baseada em fundamentos muito frágeis e mesmo assim tentaram concordar com a confissão de fé básica. Em 1945, depois da guerra, a Igreja dos Nazarenos retirou-se imediatamente, os luteranos separaram-se com certa relutância, sabendo que não podiam permanecer sem concordância doutrinária. Os anglicanos que tomaram parte na união voltaram à sua própria Igreja, agora restaurada. Assim, a Kyodan continuou principalmente com metodistas, congregacionais e presbiterianos. As organizações americanas missionárias continuaram a sustentar a referida Igreja com pessoal e recursos financeiros. Mui recentemente a Kyodan adotou uma confissão de fé que sustentará sua união em posição doutrinária forte e aceita por todos. Naturalmente tal união não tem similar na história da Igreja, mas o exemplo da Kyodan mostra duas cousas: quão realmente necessário e sério é o acordo sobre matéria de fé e ordem, e como pode a Igreja fazer bom uso de situações históricas adversas.

A *Igreja do Sul da Índia* é certamente a mais conhecida de todas as uniões já realizadas. Merece tal distinção porque é a primeira e a única união na história que envolve tanto as igrejas episcopais (que mantêm a sucessão histórica de bispos desde a igreja primitiva), como aquelas que discordam desta posição. Os anglicanos na Índia não eram de forma alguma indiferentes à idéia de manter o episcopado como dom de Deus à sua Igreja. Por outro lado, os metodistas da Índia do Sul, originados das missões britânicas, à semelhança dos metodistas britânicos, contrariamente aos americanos, não tinham bispos. A Igreja Unida do Sul da Índia (1908) como vimos, era em si, união de congregacionais e presbiterianos. Nem estes nem os metodistas tinham interesse em abandonar os valores de suas tradições e tornarem-se inteiramente conformados com o anglicanismo. Contudo, chegaram a um acordo como disse um de seus representantes em Lausane: "Devemos ter uma Igreja". A iniciativa foi tomada em Tranquebar, em 1919, no mesmo ano em que nos Estados Unidos os episcopais e congregacionais tinham chegado a uma tentativa de acordo baseado no plano de que os ministros congregacionais, que o desejassem, recebessem ordenação episcopal. Ao mesmo tempo na Inglaterra, anglicanos e ministros da Igreja Livre estavam decretando a possibilidade de um "episcopado constitucional". A controvérsia sobre a aproximação de anglicanos e membros da Igreja Livre no Quênia, África, causou em 1913 tempestade tão grande que ainda hoje preocupa as mentes daqueles que desejaram tal unidade. Poderia este golfo profundo e quase proibido entre episcopais e não episcopais ser unido por um ponto? Os trinta e um indianos, mais um inglês e outro americano, em Tranquebar, disseram que sim. Orientados pelo Bispo Azariah, um anglicano, eles escreveram o *Manifesto* que foi em parte trabalho do grande evangelista americano, Sherwood Eddy. Ainda que congregacionista, ele cria que o "elemento episcopal" era necessário à igreja unida. Este documento em primeiro lugar afirmava a necessidade da união e antecipou já em 1927 o relatório da Conferência de Lausane, citando a necessidade de elementos congregacionais, episcopais e presbiterianos na Igreja. Finalmente proclamavam a união na base do Quadrilátero familiar de Lambeth.

As igrejas envolvidas logo deram o seu apoio oficial às negociações, visando à união, se bem que os metodistas não se tinham unido às conversações até 1925. Outras igrejas não católicas, no Sul da Índia, declinaram do convite para participar da união. Apoio moral muito forte foi dado indiretamente pela Conferência de Lambeth, em 1920, com o seu significativo "Apelo para Todos os Povos Cristãos", enfatizando a urgência de se procurar a unidade visível de toda a Igreja sobre a face da terra.

Daquela data até 1947 os líderes tomaram parte nas negociações, trabalhando diligentemente da melhor forma possível no esquema de união. Lutaram com assuntos de doutrina, mesmo quando parecia haver acordo externo. A menos que aprovada nas

comissões pelo consenso geral. Nenhum sério obstáculo foi encontrado em comparação com o ministério. Acordo fácil poderia haver de todas as Igrejas reconhecendo o ministério dos outros como válido e regular. Para os anglicanos, naturalmente esta era a questão mais importante. Outra maneira fácil seria para todos os ministros não anglicanos: serem ordenados por um bispo; mas tal coisa seria repugnante a todos os que acreditam ser já ministros da Igreja de Deus. Finalmente, encontrou-se o acordo. Logo após a inauguração da Igreja, bispos consagrados na sucessão histórica seriam indicados para as dioceses recém-formadas e ministros ordenados nas igrejas não episcopais antes da união não seriam reordenados, mas simplesmente aceitos na Igreja Unida. Depois da união, contudo, todas as ordenações seriam feitas pelos bispos, juntamente com os presbíteros. Terminado o período experimental de trinta anos a situação total seria novamente considerada à luz da experiência. Este plano ousado e nobre foi aceito, e, em Madrastra, em setembro de 1947, as congregações de cerca de um milhão de cristãos estavam ali presentes para formar definitivamente a Igreja do Sul da Índia.

Cem anos antes deste acontecimento um bispo anglicano da Inglaterra havia perguntado: "Será utópico esperar que o poder para curar as divisões das Igrejas-mães pudesse vir dos seus distantes campos missionários?" Isto pôde tornar-se dramaticamente real em 1947. As Igrejas que se uniram no Sul da Índia concordaram em que jamais cortariam as suas relações de comunhão com as Igrejas na Inglaterra e na América, das quais elas tinham sido originadas. Porque para as igrejas da comunhão anglicana especialmente, este tem sido um problema grande não só de teologia, mas também de consciência. A Igreja da Índia, Paquistão, Burma e Ceilão foram as primeiras a concordarem no reconhecimento limitado da Igreja do Sul da Índia. Reconhecimento definitivo, contudo da mesma forma limitada, foi dado pela Igreja da Inglaterra em 1955 e outras igrejas estão no momento considerando o assunto. Não se pode predizer com certeza o que a abençoada aventura realizada em Madrastra causará sobre as igrejas divididas em outra parte e se o exemplo será seguido, mas as esperanças de muitos foram expressas pelo Bispo Palmer em 1933, quando afirmou: "Algumas pessoas na Índia do Sul estão desejosas de dar o primeiro passo para acabar com as divisões. São como os que pedem permissão para ultrapassar o cume da montanha, sabendo que podem morrer na tentativa, e que tal empresa falhará se não forem seguidos."

Negociação presente

Muitas vezes tem sido afirmado, mas é falso, que o esquema de união da Igreja do Sul da Índia pode ser aplicado universalmente. Este tem sido negado pelos próprios que trabalharam naquele esquema. Em cada país ou região onde cristãos que se encontram divididos e buscam união para suas Igrejas, devem eles mesmos trabalhar em seu próprio plano de união.

Duas regras foram aprendidas pelos nossos irmãos no Sul da Índia, e que são universalmente válidas. Primeira: nenhuma união pode ser conseguida se estivermos perguntando: "Quanto nossa igreja perderá se entrar em união com as outras?" Devemos perguntar, pelo contrário: "Quanto vamos *ganhar* com tal união?" Segunda: nunca haverá união se as partes negociantes tentarem resolver cada pormenor de doutrina, teologia, política e ética antes do ato de união. Como Igrejas separadas, devemos reconhecer em cada outra igreja, elemento suficiente de verdade do Evangelho de Cristo, de maneira que possamos tomar atitude decisiva e irrevogável de nos lançarmos em união e, então, através da experiência comum podermos *crescer juntos em unidade*.

Este princípio é talvez de importância moderada para as uniões propostas de igrejas pertencentes já à mesma família denominacional. Há pelo menos no presente, cinco movimentos desta espécie em perspectiva. A Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América e a Igreja Presbiteriana Unida estudam no momento a possibilidade de união⁴. Também na América há dois outros grandes movimentos de união em desenvolvimento, que incluem três Igrejas Luteranas em uma só denominação e quatro em outra. O rigoroso Sínodo Missouri não toma parte contudo nestas negociações. Igrejas Luteranas e Missões estão também procurando união no Canadá, Índia, Japão, Austrália, África do Sul e já a conseguiram em Nova Guiné e em Madagascar.

Das uniões projetadas entre Igrejas da mesma família denominacional podemos notar quinze como promissoras. Em 1957 conciliou-se uma entre as Igrejas Congregacionais Cristãs e a Igreja Evangélica Reformada nos Estados Unidos. Depois das negociações que duraram por muitos anos e de litígios severos entre os congregacionais, esta união se efetuou, reunindo cerca de dois milhões de cristãos na Igreja Unida de Cristo. Não é fora de propósito que tais diferentes Igrejas buscassem união. A primeira começou no século XVII com a independência e os primeiros puritanos da América com política distintamente congregacional. A segunda representava já certa amálgama de elementos luteranos e reformados do protestantismo alemão. Mesmo assim encontraram muitas afinidades entre elas e a história mostra (e as estatísticas tornam claro) que tais uniões entre tradições diferentes ocorrem muito mais freqüentemente do que entre tradições semelhantes. Este fato deve ser bem ponderado.

As duas uniões mais significativas dos nossos dias no que diz respeito a todos os cristãos são as que se processam no Ceilão e em o Norte da Índia e Paquistão. Estas diferem do esquema apresentado na Índia do Sul em dois pontos capitais: primeiro, inclui batistas, de maneira que eles devem ter um plano que possa satisfazer tanto a batistas como àqueles que praticam o batismo de crianças. O fato posto por alguns de que os batistas são numericamente inferiores é irrelevante, teologicamente falando, pois uma vez que sejam participantes das conversações, seus ensinamentos devem ser tomados seriamente. Segundo, desde que os anglicanos também estão entre as Igrejas que promovem a união, o episcopado deve ser preservado, mas não à maneira estabelecida na Índia do Sul, mediante longo período de experiência. Pelo contrário, deverá haver unificação inicial de ministros episcopais e não episcopais, por ato de "mútua comunhão" para um ministério maior na Igreja unida. O plano estabelecido na Índia do Norte complica-se pela necessidade ulterior de unificar o episcopado anglicano com o episcopado metodista na Ásia do Sul (que de acordo com os primeiros, não estão dentro da sucessão histórica desde os apóstolos). O plano estabelecido no Norte da Índia é digno de nota, porque os seus participantes não têm relações amistosas. Relaciona-se diretamente com a Igreja da Inglaterra e indiretamente com todas as igrejas da comunhão anglicana, com os metodistas na Inglaterra, América, Austrália e Nova Zelândia, com os congregacionais e batistas na Inglaterra, com os presbiterianos na América. Que efeito teria tal união sobre estas igrejas mencionadas?

Já tem havido esforços semelhantes envolvendo anglicanos e muitas destas outras tradições no Canadá, Irã e Nigéria, e muito recentemente em Gana. Além do mais, existe conversações de crentes anglicanos e metodistas tanto na Inglaterra como na América, ainda que estejam mais preocupados com a intercomunhão do que com a união orgânica.

⁴ Tal união de fato veio a realizar-se em maio de 1958 na cidade de Pittsburgh, Estado da Pensilvânia, EE.UU., formando-se então a Igreja Presbiteriana Unida, EE.UU.

Ao mesmo tempo existe negociação oficial entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja da Escócia (presbiteriana), procurando estudar a questão do episcopado de maneira profunda e completa com os olhos postos na intercomunhão e, eventualmente, na união.

Tanto na Austrália como em a Nova Zelândia tem havido discussão por muitos anos entre congregacionais, metodistas e presbiterianos. Naturalmente tem sido encorajada pela união da Igreja Unida do Canadá. Depois de algum lapso durante os anos de guerra as negociações se reiniciaram presentemente. Na Nova Zelândia a Associação de Igrejas de Cristo (relacionada à Igreja dos Discípulos) resolveram tomar parte nas discussões. Tanto num país como no outro os anglicanos no presente momento estão considerando o convite que lhes foi feito para juntar-se a este movimento com vistas à união.

Em toda a parte se encontram metodistas e valdenses explorando o caminho da união, como na Itália, e na Argentina, juntamente com os Discípulos de Cristo. Na Jamaica, Congregacionais, Discípulos de Cristo e Presbiterianos trabalham com o mesmo fim. Em Java, clima favorável entre reformados e menonitas; e em Madagascar, os congregacionais da Sociedade Missionária de Londres, a Missão Evangélica de Paris e a Sociedade de Amigos, manifestaram forte desejo de união.

Os delegados ao Conselho Mundial de Igrejas, por ocasião da Assembléia, em 1954, não puderam tomar qualquer decisão com referência à união de igrejas. Esta responsabilidade cabe às Igrejas. Não obstante expressarem-se em palavras profundas e com poder, quando consideraram sua unidade em Cristo e as divisões históricas das Igrejas; porque algumas igrejas, declararam, "testemunhando poderem ser chamadas a obedecer até à morte, e devem estar preparadas a sacrificar algumas das suas formas costumadas e tradicionais de vida no processo de união com outras Igrejas, sem a certeza completa do que advirá de uma atitude de fé... Mas quando as Igrejas estiverem prontas, neste sentido a "morrer com Cristo", elas encontrarão que Aquele que ressuscitou a Jesus da morte é fiel e poderoso".

Sem a fidelidade e o poder de Deus que chamou e cuida do seu próprio povo, nenhuma união teria bom êxito. Mas pelo auxílio de Deus muitas Igrejas agora divididas estão se tornando de fato pela graça e chamado de Deus o que elas já são. UMA.

CAPÍTULO VI

DOZE QUESTÕES VITAIS

A unidade da Igreja diz respeito a cada cristão sem nenhuma exceção, todavia nem todos os cristãos naturalmente estão conscienciosamente preocupados com as divisões. Ninguém jamais permanece fora do círculo da comunhão do amor de Cristo, portanto, todos estão envolvidos na unidade da Igreja. O membro comum da igreja pode sentir-se completamente afastado dos assuntos que discutimos neste livro; pode talvez apreender a revelação bíblica acerca da Igreja e ver sua implicação na sua própria vida na igreja local, mas estas marés da história, o levantamento e queda de denominações, o movimento mundial em favor da unidade, podem parecer-lhe sumamente grande e, portanto, irreal para ele. Com efeito, são grandes, mas não são irreais. Ultimamente o efeito destes movimentos tem sido sentido por todos os cristãos, mesmo que grandes eventos nacionais e internacionais finalmente toquem as vidas de humildes cidadãos.

Não é a realidade da unidade cristã, mas a preocupação dela, que o cristão pode facilmente perder. Em muitos países a falta de unidade é menos aparente do que em outros. Na Noruega, Suécia e Finlândia, por exemplo, mais de 90% do povo são membros de Igrejas nacionais e são luteranos. O escândalo da divisão é sentido menos do que no Sul da África ou da Índia, onde muitas denominações existem lado a lado. E mesmo onde poucas divisões são notadas os cristãos devem entender que a totalidade da Igreja de Deus não está sendo experimentada na sua grande Igreja Universal, o Corpo de Cristo, pois há divisões em outros lugares e países e essas divisões em outros países são divisões na Igreja de Deus a que ele pertence. O bem-estar de toda Igreja na terra deve ser preocupação de cada cristão. Esta unidade ou catolicidade da igreja inclui sua unidade. É unidade distinta em Cristo Jesus, abarcando relações pessoais entre dois ou três irmãos em Cristo, tanto quanto as tarefas comuns dos grandes corpos eclesiásticos do mundo.

Havendo já ponderado o ensino bíblico acerca da unidade da Igreja, e olhado rapidamente os esforços de cristãos para manifestá-la durante muitos séculos, resta que nós nos confrontemos com doze questões importantes. Talvez ninguém possa adequadamente tratar das implicações de todas elas, mas homens com treinamento especial e experiência em teologia, não têm monopólio sobre elas. Todo sincero cristão deve preocupar-se com tais problemas.

1. Quais são as maneiras específicas pelas quais eu, como pessoa crente, posso promover a unidade? Em minha própria congregação, que posso fazer para acabar com a discórdia entre duas facções que se opõem? Como posso eu ajudar a eliminar os preconceitos e estender a compreensão correta em relação a outras Igrejas que não sejam a minha própria? Como posso ajudar aos cristãos de minha cidade, bairro ou vila a se tornarem testemunhas unidas na vida, serviço, culto, perante a comunidade, manifestando o amor de Jesus Cristo?

2. Como posso estar seguro de que qualquer movimento que visa à unidade de Igrejas não tomará curso errado, que leve à supressão da diversidade e da liberdade? O mesmo Jesus Cristo que nos une, também nos dá a verdadeira liberdade. É arrogância humana e não o amor de Cristo que promove a unidade visível que elimina a liberdade pessoal. Conhecendo as Igrejas em nossa própria terra, como podem ser unidas sem

uniformidade em doutrinas e costumes? Como podem suas diversidades ser mantidas numa Igreja unida sem violar a verdade essencial do Evangelho?

3. Que aprendemos da Bíblia acerca da unidade da Igreja que nos torna intolerantes a respeito de divisões que quebram aquela unidade? A Bíblia claramente ensina que a Igreja deve ser uma e que a sua tarefa principal é pregar o Evangelho a todas as pessoas no mundo. Se cremos que a Bíblia é a Palavra de Deus, não temos o direito de tolerar as divisões que impedem a unidade da Igreja e tornam mais difícil o cumprimento da sua tarefa. Preocupação com a unidade da Igreja, como temos visto, não é alguma coisa que nós podemos ter ou não ter, de acordo com o nosso gosto, mas alguma coisa que Deus mesmo coloca sobre nós, sobre cada um de nós, como dever em relação a Ele. Para sermos perfeitamente obedientes a este dever, temos de estudar a Bíblia com persistência, inteligentemente, até que aprendamos o que tem ela para nos ensinar a respeito de Cristo e Sua Igreja.

4. Sobre que base poderemos decidir, se necessário, entre lealdade a um irmão em Cristo em nossa própria vizinhança, mas de denominação diferente, e lealdade a membros, tradições e ensino de nossa própria denominação em outra parte do mundo? Especificamente deveria um metodista considerar como seu primeiro dever, unir-se a um luterano em sua própria vila ou bairro, ou fortalecer a sua unidade com metodistas de outras terras? Deve uma igreja presbiteriana dar prioridade à união da igreja numa região particular ou às suas relações com todas as outras igrejas presbiterianas? Quase todas as denominações e confissões têm, agora, federações, alianças e conselhos mundiais. Nossa participação no trabalho destas alianças fortalece o movimento ecumênico como um todo ou o enfraquece? Nossa lealdade deve ser em primeiro lugar a quê?

5. Qual é a diferença entre cooperação prática, tanto local como nacional e a união orgânica das Igrejas? Cooperação leva à união? Haverá perigo em que os cristãos possam confundir cooperação intereclesial com unidade verdadeira, e, portanto, contentar-se só com isso? Os Concílios vários de Igrejas congelariam o movimento em favor da unidade na base de que projetos comuns de estudo e serviços que estão sendo realizados? O futuro do Conselho Mundial de Igrejas, por exemplo, depende de tais problemas, aliás, não menos importantes para os concílios nacionais e locais.

6. Podemos ter segurança total quanto ao problema do que significa ser membro de igreja? Quem é o verdadeiro membro da igreja? Muitas igrejas desejam incluir uma sociedade inteira de pessoas, muitas das quais simplesmente foram batizadas na infância, e outras declaram que somente aquelas que professaram a sua fé antes do batismo devem ser consideradas como membros. Ainda outras perguntam se batismo é suficiente para entrar na igreja. Que dizer a respeito da confirmação? É complemento necessário ao batismo? A confirmação simplesmente dá ao cristão o privilégio de receber a Santa Comunhão? Todas estas são dificuldades e questões que dividem, e os cristãos têm convicção forte a respeito delas. Mesmo assim elas devem ser resolvidas antes que certas Igrejas possam promover união.

7. Haverá maneira de reconciliar o ministério episcopal com o ministério não episcopal? Não devemos exagerar a importância desta pergunta como algumas pessoas costumam fazer. A igreja é muito mais do que seu ministério e as igrejas episcopais têm não só a preocupação muito forte em relação à verdadeira doutrina e evangelização, como também relativamente à sucessão dos bispos. Por outro lado, erramos se desconsideramos tais problemas ou mostramos indiferença, como se fossem do interesse peculiar de poucas igrejas. Negociações a respeito de união de igrejas, envolvendo

anglicanos têm mostrado que este problema não pode ser deixado de lado. Um poucas soluções têm sido buscadas. Por exemplo, a Igreja do Sul da Índia teve o seu período de experiência por trinta anos, e durante esse tempo ministros episcopais e não episcopais trabalharam lado a lado, na mesma Igreja. A união planejada para o Norte da Índia e o Ceilão estabelece para a unificação do ministério diverso, uma solução imediata. Qual caminho é o melhor?

8. Como podemos entender mais claramente o meio pelo qual a unidade da igreja é obstada, por fatores culturais, políticos ou sociais? Mesmo que questões sobre batismo, ministério e autoridade da Bíblia fossem facilmente solucionadas por duas igrejas divididas, poderiam outras questões não doutrinárias conservá-las separadas? O amor pelo poder, as barreiras lingüísticas, as distinções de classe, tanto econômica como social, as resistências à mudança de costumes e lealdade às tradições e constituições denominacionais devem ser entendidas por todos nós. Só então podemos agir baseados na compreensão e julgá-las à luz do Evangelho com razões ilegítimas para divisões.

Ao mesmo tempo precisamos reconhecer que certa influência não doutrinária apressa movimentos de união. Este lado da questão tem sido facilmente esquecido. Por exemplo, o uso efetivo de recursos materiais como incentivo para unidade das igrejas é simplesmente boa mordomia. As experiências comuns de cristãos em campos de concentração, em tempo de catástrofe natural, ou ainda sob perseguição totalitária têm mostrado a fragilidade de muitas das causas de divisões que são normalmente defendidas com paixão. O apelo de Deus para os cristãos, dirigindo-os a fim de que se unam, não vem somente da Bíblia ou das Conferências Ecumênicas, mas também da sociedade barulhenta, das tensões e tumultos políticos, onde os cristãos encontram necessidade de mostrar que pertencem (**fazem parte, estão ligados**) uns aos outros na família de Deus.

9. É suficientemente forte o poder do amor cristão para acabar com as forças divisórias dentro do conflito social? A maneira como certos cristãos tratam mal uns aos outros por causa das diferenças raciais é mal vicioso, abominável e é completamente contrário à vontade de Deus revelada em Jesus Cristo, portanto, contrária também à natureza da Igreja. A despeito disto, tal espécie de divisão penetra nas igrejas e coloca cristão contra cristão, simplesmente pela razão de que o Deus dos cristãos nos fez homens e mulheres e povos diferentes como manifestação da sua multiforme graça. Quais serão as medidas específicas que os crentes em cada país devem tomar para atacar e acabar com este mal? Não devem as igrejas ser os locais onde a verdadeira fraternidade é praticada e demonstrada?

10. Qual é a responsabilidade mútua das Igrejas dentro do Movimento Ecumênico e as Igrejas fora dele, com respeito à vontade do Senhor pela unidade de toda a Igreja sobre a face da terra? Existem grandes igrejas, espiritualmente saudáveis, que não são membros dos vários Concílios e não têm nenhum desejo de se tornarem membros. Entre estas, só nos Estados Unidos, temos: Igreja Católica Romana, Convenção Batista do Sul, Igreja Luterana do Sínodo Missouri, Igreja Ortodoxa, Igreja Pentecosta⁵ e as Igrejas Santidade (Holiness) e muitas outras. Algumas são indiferentes ao movimento ecumênico, outras abertamente o hostilizam, outras definem unidade de igrejas na base da aceitação de suas próprias doutrinas unicamente (**para que haja unidade é preciso que as demais igrejas aceitem e se ajustem a ela e suas doutrinas**), e outras asseguram que a unidade é questão "espiritual" que não requer nenhuma forma visível. Certamente que o fato de uma

⁵ Desde a última Assembléia do C.M.I. realizada em Nova Deli, Índia, alguns milhares de pentecostais fazem parte do Conselho Mundial de Igrejas, como, por exemplo, pentecostais chilenos, admitidos naquela ocasião.

Igreja ser membro de um Concílio cristão não é, de forma alguma, teste final do amor e fé à Igreja, porém não deve ser causa para aprofundar divisões. Quem tem a verdade de Cristo? Podem verdade e unidade ser colocadas em oposição uma à outra? Podem verdade e unidade existir sem amor?

11. Como podemos prever e evitar os perigos de um "unionismo" zeloso, mas desaconselhável. Algumas pessoas parecem acreditar que a unidade da igreja é principalmente questão de organizações. Conservando as uniões denominacionais, eventualmente teremos uma verdadeira Igreja! Esta idéia ignora tanto a necessidade da renovação da fé e o testemunho na igreja, como os perigos de uma concentração excessiva de poder no governo da igreja. Muitos líderes responsáveis da igreja decisivamente rejeitam a noção de que deve existir uma organização única, centralizada para a igreja em todo o mundo. Haveria menos objeção em estabelecer autoridade muitíssimo centralizada em países ou regiões onde existem milhões de cristãos? Existe limite desejável em referência à administração de uma igreja unida? Haverá porventura limite para extensão da Igreja Unida, além do qual haja oportunidade para práticas de burocracia e o uso indevido do poder para suprimir a liberdade cristã?

12. Como podemos, através de nossas orações, contribuir para a unidade manifesta da Igreja? Se a unidade da Igreja é uma necessidade urgente e se é constantemente enfraquecida e obstada por toda espécie de divisões, nós não temos desculpas como cristãos, se não implorarmos a Deus diariamente, que una o Seu povo e acabe com os cismas. Orações pela unidade devem ser diárias em nossa vida. Devem ser tão normais como a oração que fazemos pelo pão de cada dia e pela vinda do Reino de Deus. O pensamento que deve tornar-nos conscientes desta necessidade vem da própria oração de Jesus. Se durante a sua paixão e morte, nosso Senhor foi levado a orar "para que eles sejam um", não devem os seus seguidores continuar essa oração até que pelo amor, poder e sabedoria de Deus, venha a lograr respondida à Sua própria maneira?